

Trabalho de Conclusão de Curso

Daniele Rauber

**PATRIMÔNIO CULTURAL FUNERÁRIO EM DIÁLOGO COM
A NOVA MUSEOLOGIA:
ESTUDO DE CASO DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DAS
DORES EM SÃO JOSÉ/SC**

Florianópolis
2019



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Museologia

Daniele Rauber

**PATRIMÔNIO CULTURAL FUNERÁRIO EM DIÁLOGO COM
A NOVA MUSEOLOGIA:
ESTUDO DE CASO DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DAS
DORES EM SÃO JOSÉ/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à Universidade Federal de
Santa Catarina como parte dos
requisitos necessários para a obtenção
do Grau de Bacharelado em
Museologia.

Orientador: Prof. Me. Valdemar de
Assis Lima

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
Por meio do Programa de Geração Automática da Biblioteca
Universitária da UFSC.

Rauber, Daniele

PATRIMÔNIO CULTURAL FUNERÁRIO EM DIÁLOGO COM A NOVA
MUSEOLOGIA: ESTUDO DE CASO DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DAS
DORES EM SÃO JOSÉ/ SC / Daniele Rauber; orientador,
Valdemar de Assis Lima, 2019.

117 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Museologia. I. de Assis Lima, Valdemar. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Museologia. III. Título.

Daniele Rauber

**PATRIMÔNIO CULTURAL FUNERÁRIO EM DIÁLOGO COM
A NOVA MUSEOLOGIA: ESTUDO DE CASO DO CEMITÉRIO
NOSSA SENHORA DAS DORES EM SÃO JOSÉ/SC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para
obtenção do Título de Bacharel em Museologia e aprovado em sua
forma final pela Coordenadoria do Curso de Graduação em Museologia.

Florianópolis, 16 de agosto de 2019.

Prof.^a Dr.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes
Coordenadora do Curso de Museologia

Banca Examinadora:

Prof. Me. Valdemar de Assis Lima
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Renata Cardozo Padilha
Universidade Federal de Santa Catarina

Dr.^a Elisiana Trilha Castro
Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais - ABEC

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Moacir Rauber e Neusa Maria Soares dos Santos Rauber e aos meus irmãos Cristiano Rauber e Marcos André Rauber por todo o apoio, motivação e incentivo nas escolhas realizadas nestes últimos anos de Graduação em Museologia.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por ter me proporcionado a oportunidade de fazer parte da comunidade acadêmica, este importante espaço para a troca de experiências, conhecimentos.

Ao corpo docente e administrativo do curso por todos os conselhos, assistências, ensinamentos, em especial ao meu professor orientador Valdemar de Assis Lima que foi fundamental para o desenvolvimento e condução desta pesquisa.

A equipe da Secretária de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) de São José, em especial ao supervisor dos cemitérios públicos Leonides Fernando de Melo pela contribuição e auxílio na troca de informações a respeito do objeto de estudo.

Aos meus amigos Filipe Gomes de Souza, Gustavo Voltolini, Letícia Felix da Silva, Nathalia Maia Martins e Taynara Cassettari Machado pelos momentos de conversas, desabafos, anseios e alegrias durante esses últimos meses.

Por fim, a todos que de alguma forma estiveram presentes nesta jornada e que contribuíram nela.

A edificação tumular é uma forma de manter viva a memória e a identidade do sepultado. Assim como os cemitérios são lugares de preservação de memórias.

(Elaine Maria Tonini Bastianello, 2016)

RESUMO

Esta monografia propõe uma análise do cemitério Nossa Senhora das Dores, localizado em São José, Santa Catarina, em relação a sua potencialidade enquanto patrimônio cultural. A ideia é relacionar o movimento da Nova Museologia com o espaço cemiterial, principalmente no que diz respeito a relação entre patrimônio, comunidade e território. Além disso, será observado como a falta de espaço físico para enterramentos horizontais neste cemitério influencia as legislações vigentes e tomadas de decisão da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos.

Palavras-chave: Cemitério. Patrimônio cultural. Nova Museologia.

ABSTRACT

This monograph proposes an analysis of the Nossa Senhora das Dores cemetery, located in São José, Santa Catarina state, in relation to its potentiality as a cultural heritage. The idea is to relate to the New Museology movement with the burial ground, especially as regards to the relationship between heritage, community and territory. Besides that, will be observed as the lack of physical space for horizontal burials in this cemetery influences the current legislations and decision-making in the Secretariat of Urbanism and Public Utilities.

Keywords: Cemetery. Cultural heritage. New Museology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cruzeiro das Almas do cemitério.	31
Figura 2 - Túmulo presente no cemitério.	33
Figura 3 - Jazigo ao fundo (na cor marrom).....	34
Figura 4 - Cova simples no cemitério.	34
Figura 5 - Mausoléu.	35
Figura 6 - Túmulos verticalizados.....	36
Figura 7 - Representação dos elementos gráficos, neste caso, informações sobre os sepultados e epitáfio (a frase aos sepultados).....	37
Figura 8 - Elemento iconográfico representado pela imagem de uma santa.....	37
Figura 9 - Oratório localizado aos pés do túmulo.	38
Figura 10 - Vasos com flores artificias.	39
Figura 11 - Estrutura utilizada para a colocação de flores.	39
Figura 12 - Alegoria em forma de coração e fotografia.	40
Figura 13 - Cruz de madeira.....	40
Figura 14 - Representação da imagem sacra.	41
Figura 15 - Representação de uma imagem sacra, Jesus Cristo.	41
Figura 16 - Representação de um anjo.	42
Figura 17 - Sepultura danificada, apresentado partes quebradas.....	43
Figura 18 - Flores naturais sobre túmulo.....	44
Figura 19 - Pacote de doces encontrado ao lado de um túmulo.	45
Figura 20 - Linha do tempo referente ao desenvolvimento da Museologia.....	59
Figura 21 - Oito marcos referenciais para a Nova Museologia.	60
Figura 22 - Linha cronológica do desenvolvimento do objeto de estudo da Museologia.....	65
Figura 23 - Ternário representando a relação entre público - coleção - edifício.	66
Figura 24 - Ternário representado a relação entre sociedade - patrimônio - território.....	67
Figura 25 - Mapa de Santa Catarina em destaque São José.	70
Figura 26 - Linha de tempo histórico de São José.....	73
Figura 27 - Limites de São José de 1833 a 1894.....	74
Figura 28 - Limites de São José na atualidade.	75
Figura 29 – Nº de habitantes de São José ao longo de 221 anos.....	75
Figura 30 - Dados populacionais de Barreiros.	78
Figura 31 - Dados populacionais de Serraria.	78
Figura 32 - Total do número de óbitos (jan/2013 a mai/2019)....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nº de óbitos por cemitério municipal por ano (jan/2013 até mai/2019).....	82
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEC** – Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
ASCE – Association of Significant Cemeteries in Europe
CEDUC – Coordenação de Educação Patrimonial
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
DPHAN – Departamento de Preservação do Patrimônio Nacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICOM – Conselho Internacional de Museus
ICOFOM – Comitê Internacional para a Museologia
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINOM – Movimento Internacional da Nova Museologia
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUSP – Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO CULTURAL	23
2.1	AS CIRCUNSTÂNCIAS DE SUA TRAJETÓRIA	23
2.2	PATRIMÔNIO CULTURAL DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DAS DORES	29
2.3	O LUGAR DE MEMÓRIA NO CEMITÉRIO	46
3	CAPÍTULO II – O DIÁLOGO COM A MUSEOLOGIA	50
3.1	CAMINHOS DE UMA NOVA MUSEOLOGIA	50
3.2	NOVA MUSEOLOGIA E A ADAPTAÇÃO DO TERNÁRIO. 61	
4	CAPÍTULO III – O TERRITÓRIO E A COMUNIDADE ..	69
4.1	HISTÓRIA DE SÃO JOSÉ, SEU CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E SEUS CEMITÉRIOS	69
4.1.1	Barreiros e Serraria	77
4.1.2	São José e sua relação com os cemitérios	79
4.2	REFLEXO DO ESPAÇO E SUAS LEGISLAÇÕES	83
4.3	NOVOS OLHARES E QUEBRA DE PARADIGMAS	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICE A – Entrevista	116

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste no estudo de caso voltado ao cemitério Nossa Senhora das Dores, localizado no distrito de Barreiros, bairro Serraria, cidade de São José, Estado de Santa Catarina. O cemitério está delimitado dentro do perímetro urbano da cidade, rodeado por casas, pela marginal da BR101 e por um terreno formado principalmente com árvores e foi criado por volta do final do século XIX e início do século XX, sendo considerado o maior da região de São José com cerca de cinco mil sepulturas e mil gavetas¹, conforme os dados ofertados pela Prefeitura da cidade em 2015.

O cemitério ao qual se direciona o problema pesquisado e especificado a seguir, influencia na forma como os indivíduos e a comunidade local se relaciona com os túmulos horizontais. Assim se questiona como a falta de espaço físico horizontal no Cemitério Nossa Senhora das Dores influencia nas legislações e tomadas de decisão por parte da Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP)². Em conjunto a esta problemática, também busca analisar este cemitério enquanto patrimônio material e imaterial e os seus possíveis diálogos com o campo da Museologia, no que se refere a Nova Museologia e ao processo de musealização.

A Nova Museologia influenciou abundantemente a Museologia dos anos 1980, onde:

[...] enfatizou a vocação social dos museus e seu caráter interdisciplinar [...]. O interesse estava principalmente nos novos tipos de museus concebidos em oposição ao modelo clássico e à posição central que ocupavam as coleções nesses

¹ Normalmente utilizado para denominar o sepultamento vertical, abordado no tópico “2.2 Patrimônio cultural do cemitério Nossa Senhora das Dores”.

² A SUSP é o órgão público localizado na sede da administração, na Avenida Acioni Souza Filho (Beira-Mar de São José), Praia Comprida, que possui como objetivos fazer cumprir o Plano Diretor do Município, o código de postura, o código de obras e as demais legislações que tratam do licenciamento e da fiscalização dentro do território municipal. A secretaria também é responsável pela administração dos quatros cemitérios públicos de São José (Barreiros, Colônia Santana, São José e Forquilhas) e pela contratação de serviços em caráter de convênio para às funções de limpeza, sepultamentos, construção de carneira, entre outros.

últimos: tratava-se de ecomuseus, dos museus de sociedade [...] e, de maneira geral, da maior parte das novas proposições que visavam à utilização do patrimônio em benefício do desenvolvimento local (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014, p. 62-63).

Cabe acrescentar que no ano de 1984 surge no Canadá um movimento de ruptura com a Museologia em voga, resultante na Declaração de Quebec que influenciou no ano seguinte em Lisboa/Portugal a formalização do Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM) durante II Encontro Internacional - Nova Museologia/Museus Locais. Tanto a Declaração de Quebec, como o MINOM serão abordados ao longo do desenvolvimento deste TCC, em conjunto com Declaração de Oaxtepec que entre outros apontamentos, considera indissolúvel a relação patrimônio, comunidade e território.

Com base na Declaração de Santiago do Chile de 1972 é que se direciona o olhar museológico para o espaço cemiterial, pois “propõem que a relação que o homem estabelece com o patrimônio cultural passe a ser estudada pela museologia” (PRIMO, 1999b, p. 19), assim como o estudo voltado ao cemitério é uma forma de contribuir para a preservação e a concepção da sua importância.

A relação do cemitério Nossa Senhora das Dores com o movimento da Nova Museologia, será tratado nos três capítulos, no que diz respeito ao tripé patrimônio – território – comunidade. O primeiro ponto do tripé trata-se do patrimônio, neste caso, a potencialidade do cemitério como patrimônio cultural, para isto, é apresentado no primeiro capítulo um breve histórico das leis que regem o patrimônio no Brasil e sua preservação, assim como as mudanças na concepção de patrimônio, com foco no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, na Constituição Federal de 1988, na convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO). Também será apresentado os elementos que compõem o patrimônio funerário do cemitério de Nossa Senhora das Dores, sendo posteriormente abordado a memória e o cemitério como lugar de memória.

A respeito das memórias, faz-se necessário apresentar alguns pensamentos que refletem no espaço cemiterial, “pois se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história.” (NORA, 1993, p. 8). Assim como demonstrado por Nora, é importante haver lugares de memória, sendo no caso dos cemitérios,

os túmulos construídos para os indivíduos, à medida que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (Ibid, p. 9), ou seja, a memória se aconchega em espaços conhecidos como suportes de memória, sendo estes neste caso, o cemitério, os túmulos dos entes. Túmulos que ao serem destinados a pessoa, contendo em muitos casos o nome desta pessoa, carregam consigo a lembrança deste alguém, lembrança acessada com mais força ao ser visitado neste suporte de memória por seus familiares, amigos.

O movimento da Nova Museologia descrito no segundo capítulo é fio condutor deste estudo. Começou nos anos 80 por meio da formação de um grupo de pesquisadores de diversas partes do mundo que se articularam para pensar em uma Museologia que não se concentre nas coleções, mas no desenvolvimento das sociedades. O que influenciou no surgimento deste movimento será apresentado principalmente por meio de documentos referenciais, como: o Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus em 1958; a Mesa Redonda de Santiago que ocorreu no Chile em 1972; a Declaração de Quebec realizada no Canadá em 1984; o I Atelier Internacional da Nova Museologia em 1948; a Declaração de Oaxtepec realizada no México em 1948. E de algumas instituições, como: Conselho Internacional de Museus (ICOM) criado em 1946; o Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM) surgido em 1976; o MINOM formalizado em 1985.

É no segundo e terceiro ponto e do tripé (território do cemitério e a comunidade do entorno) desenvolvido no terceiro capítulo deste TCC, que a problemática se foca, ao questionar como a falta de espaço físico horizontal no cemitério Nossa Senhora das Dores influencia as legislações vigentes e tomadas de decisão por parte dos administradores do local. Com o intuito de situar e analisar a situação atual referente ao espaço físico do cemitério e como esta situação acaba se relacionando com o território ao qual o cemitério está inserido, será apresentado os dados populacionais da cidade de São José, do distrito de Barreiros e do bairro Serraria com foco nas informações: do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); dos autores Campanario, Mameri (Projeção da população residente no município de São José, 2015); do autor Farias (São José 256 anos: em busca de suas raízes, 2006); do projeto de revisão do plano diretor da cidade, desenvolvido pelo GT-Cadastro (Leitura da cidade de São José, SC – tendências e potenciais, 2004).

Desta forma, segundo o censo demográfico de 2000 feito pelo IBGE a cidade de São José possuía 173.559 habitantes. Já em 2010, no

último censo realizado pelo mesmo instituto, a cidade contava com 209.804 habitantes. Em relação a estimativa do instituto, a cidade apresenta em 2018 aproximadamente 242.927 residentes na cidade. Nestes dados é notável o crescente aumento da população na região, que entre 2000 a 2018 subiu para cerca de sessenta e nove mil habitantes.

Estas mudanças são reflexos do evento que vem ocorrendo ao longo dos anos na história do Brasil, o exponencial e acelerado crescimento da população, que se localiza em especial nos centros urbanos. Isto é perceptível quando se analisa os dados de concentração populacional brasileira do IBGE no período de 1950 a 2010, onde a população que reside na zona rural passa de 33.161.506 para 29.830.007, enquanto a da zona urbana salta de 18.782.891 para 160.925.792. O mesmo reflete na cidade de São José/SC, onde nota-se no censo de 2000 que, dos 173.559 habitantes, 171.230 se concentravam na zona urbana e 2.329 na zona rural. Em 2010 com a densidade demográfica chegando à 1.376,78 hab/km², a cidade já contava com 207.312 moradores na área urbana em comparação a área rural que aumentou de forma significativa para 2.942 residentes.

Junto ao crescimento populacional surgem várias mudanças, vistas como positivas e negativas para a região. Algumas das transformações são as elevações das questões referentes às violências, como as disparidades sociais, a vulnerabilidade social, entre outros. A vulnerabilidade social é apontada a seguir no “Plano municipal de habitação de interesse social do município de São José”, de 2012, que elenca os problemas relacionados a ocupação do território municipal josefense, no que se refere às áreas de assentamentos precários que acabam refletindo na conjuntura total:

Vulnerabilidade da população, exposta permanentemente a situações de risco físico e social, à violência e a todas as mazelas geradas pela pobreza, pela degradação ambiental, pela fragilidade da organização social, pela falta de identidade cultural e de referências da população residente em um espaço urbano em processo acelerado de ocupação e mudanças (PLANO..., 2012, p. 86-87).

Estes problemas sociais e políticos aliado ao aumento dos habitantes de São José/SC, acabam gerando demandas para a cidade, à medida que o crescimento populacional desordenado pode trazer consigo a desigualdade social na região, como apontado anteriormente pelo “Plano local de habitação de interesse local do município de São

José”. Com estes levantamentos populacionais e de ocupação é possível analisar como estes fenômenos afetam o cemitério em questão no que se refere aos espaços tumulares para sepultamentos horizontais, como evidenciado a seguir.

Também é analisado no terceiro capítulo, o número de óbitos dos quatros cemitérios (Barreiros, Forquilhas, Colônia Santana e São José) administrados pela SUSP, no período temporal de janeiro de 2013 a maio de 2019 e das leis que regem o espaço de Nossa Senhora das Dores na esfera estadual e municipal. Estes números de óbitos em conjunto com os populacionais, com as legislações cemiteriais e as decisões tomadas pela SUSP servirão de base analítica e teórica para demonstrar a demanda que o cemitério Nossa Senhora das Dores veio recebendo ao longo dos anos, resultando na atualidade a realização de somente enterramentos verticais.

Por fim, é apontado algumas propostas de enfrentamento para a desestigmatização do cemitério enquanto lugar de luto, de assombro, de morte e desta forma contribuir para a preservação deste local como patrimônio. Assim como, compreender como se dá a relação do mesmo com a sua comunidade (objeto do terceiro ponto do tripé).

O interesse de desenvolver um trabalho que visa a análise e prospecção do campo cemiterial, nasceu de experiências anteriores, ao tomar conhecimento de seminários e encontros referentes a área cemiterial. O primeiro contato ocorreu no seminário “Ocultos e Esquecidos - questões sobre o patrimônio cultural funerário, industrial e os acervos documentais de instituições”, realizado no Museu Histórico de Santa Catarina no dia 29 de setembro de 2016.

Já o segundo momento ocorreu entre os dias 17 e 20 de julho de 2017, durante o VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC) realizado na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com a temática “religiões e religiosidades: práticas, visões e crenças diante da morte e do morrer”. Estes encontros são promovidos pela ABEC e ocorrem bianualmente com o intuito de compartilhar com os pesquisadores cemiteriais e profissionais interessados na temática, as pesquisas e às práticas voltadas aos cemitérios e a morte/morrer no Brasil e em outros países.

Cabe destacar que há no Centro Histórico o denominado cemitério da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, este local obteve em 1865 autorização para ser construído. Em 2005 a igreja foi tombada como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico pelo município, através do decreto nº 18.701 do corrente ano, abrangendo o seu entorno, neste caso, o cemitério. Há alguns anos, este cemitério não

comporta novas sepulturas devido à falta de espaço físico para túmulos e por não contar com espaço, onde se pudesse enterrar os entes.

Esta delimitação do espaço, está causando um efeito chamado de verticalização, ou seja, os sepultamentos são realizados em gavetas e não mais em túmulos. Isto também ocorre no presente estudo de caso, consequência do crescimento populacional descrito anteriormente que afeta os espaços na atual conjuntura contemporânea dentro do perímetro urbano e da localização do cemitério Nossa Senhora das Dores.

Este aumento, conseqüentemente, resultou na diminuição do espaço físico para os túmulos e lápides, chegando ao ponto de na atualidade não possuir outros meios para crescer na forma horizontal, situação presente em outros cemitérios da cidade, como é o caso do primeiro cemitério - cemitério da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, localizado no Centro Histórico da cidade.

Desta forma, o motivo da escolha do cemitério Nossa Senhora das Dores ao invés do cemitério da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, se dá pelo fato do cemitério em questão ainda estar em atividade (recebendo sepultamentos), ou seja, continua refletindo a comunidade ao qual está inserido, assim como, tendências da cultura, da religião, da arquitetura, entre outros, do local. Além da familiaridade da pesquisadora com o cemitério em questão e pela pesquisadora fazer parte da mesma comunidade do cemitério, possuindo assim, uma identidade e memória com o mesmo.

Cabe ressaltar outro motivo que pesou na escolha, o fato do cemitério da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos ser abrangido no tombamento da igreja. O que provavelmente evidencia que este espaço é visto para além de sua função social inicial, sendo entendido como local de importância patrimonial. Assim, é necessário se direcionar ao cemitério Nossa Senhora das Dores, enquanto local de convívio, de memória. “Além de comunicar muito sobre a cultura, história do país, da cidade, da sociedade, do grupo social ao qual faz parte, desta forma, é o extrato complexo da cultura de seu tempo, ou espelho do mundo” (BRAHM; RIBEIRO; TAVARES, 2016, p. 98).

Assim, extrai-se que o cemitério é um patrimônio da sociedade, conector do tempo - passado, presente e futuro - e de dois mundos, o dos vivos e o dos mortos, é lugar de identidade e que também reflete as tendências da região a qual está inserido e que se relaciona com os indivíduos e a comunidade do local, pois os cemitérios, “por sua função, são plenos de significados e guardam importantes registros da comunidade ou da sociedade que representam. Portanto, são parte importante destes grupos e podem por meio de um olhar atento, fornecer

informações acerca daqueles que o produziram” (CASTRO, 2009, p. 207). Demonstram que as pessoas também são frutos do lugar onde vivem, se relacionando neste caso com estes lugares, influenciando e sendo influenciadas pelos mesmos, havendo uma interrelação entre a identidade dessas pessoas e o território a qual estão inseridas.

Assim, a metodologia consiste no estudo de caso do cemitério Nossa Senhora das Dores, respeitando o recorte temporal de seis anos (jan/2013-mai/2019), por acreditar ser um período consideravelmente longo ao qual já ocorreram diversas mudanças e decisões frente a este espaço. O conceito de estudo de caso “se refere a uma análise detalhada de um caso individual [...]” para “[...] adquirir conhecimento do fenômeno estudado [...]” através da “[...] análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um *todo*, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2013, p. 33, grifo do autor).

Neste estudo procura-se analisar como se dá às legislações e tomadas de decisões por parte dos administradores deste espaço, tendo em vista, que ao longo dos anos com o crescimento populacional e às desigualdades sociais, o cemitério da cidade vem sofrendo com a falta de espaço físico para o crescimento horizontal, assim como, a sua importância enquanto patrimônio material e imaterial e sua relação com o objeto de estudo da Nova Museologia.

O primeiro ponto da metodologia, diz respeito ao levantamento bibliográfico e na leitura dos textos relacionadas às áreas que serão abordados no TCC nos seguintes temas: cemitérios como patrimônio; relação da memória com os cemitérios; e o tripé da Museologia Tradicional e da Nova Museologia³, de forma a utilizar as referências levantadas para o embasamento da escrita deste TCC, principalmente no que se refere a memória ao discorrer sobre as relações de memórias com as pessoas que visitam o espaço e os túmulos.

Após o aprofundamento na bibliografia foram realizadas visitas ao cemitério Nossa Senhora das Dores com o intuito de conhecer o local a ser pesquisado, assim como produzir registros fotográficos de

³ O tripé da Museologia Tradicional é caracterizado pela relação entre pessoas, coleções e edifícios, enquanto o tripé da Nova Museologia é definido como a relação entre comunidade, patrimônio e território. O embasamento teórico utilizado para a análise da adaptação destes tripés ocorreu com base nos pensamentos de Marília Xavier Cury, Peter Van Mensch, Anna Gregorová, Zbynek Z. Stránský e Judite Primo.

elementos que o caracteriza. Também foi entrevistado responsável pela administração do cemitério, neste caso, o supervisor Leonides Fernando de Melo, com o intuito de conhecer as medidas administrativas e as tomadas de decisões feitas ao longo dos anos para suprir com a falta de espaço cemiterial. A entrevista se constituiu de perguntas abertas previamente elaboradas, onde o supervisor pode respondê-las sem a limitação de respostas e se deu com a prévia autorização e anuência do entrevistado, possuindo caráter exclusivamente educacional. Para além dela, foi realizado o levantamento de dados populacionais e do número de óbitos dentro do recorte temporal estabelecido dos cemitérios da cidade, para a posterior tabulação destas informações, desenhos gráficos e análise.

Os objetivos deste TCC foram:

- Analisar as potencialidades do cemitério como patrimônio cultural;
- Demonstrar a partir do movimento da Nova Museologia como ocorre as relações do tripé e aplicando-o ao cemitério em questão;
- Compreender por que o cemitério pode ser considerado um lugar de memória; e
- Investigar como as tomadas de decisões por parte da SUSP influenciam nas dinâmicas do espaço.

É na relação entre a comunidade, o território cemitério e o patrimônio, que a Nova Museologia entra, apresentando novas discussões e mudanças para o campo. Desta forma, deixa-se de analisar as relações somente nos espaços edificados dos museus, com os visitantes e as coleções, de acordo com a visão da Museologia Tradicional, e passa-se a refletir sobre a relação esboçada anteriormente (comunidade – território – patrimônio), além da musealização *in situ* (no local) também contribuir para as novas formas de ações por parte dos profissionais museólogos. Com este novo olhar, permite-se que a Museologia se estenda para outros espaços, que assim como os museus, possuem potencialidades de memória, história, cultura, patrimônio, identidade, entre outros.

Em relação à memória em consonância com o cemitério é importante destacar que:

Esses cemitérios logo passam a conter um acervo de túmulos de relevante qualidade artística, além de importantes personagens da história, arte e cultura brasileiras. Acabam por se constituir espaços de memória, onde lápides registram fatos

importantes e individualizam cada morto dentro de um conjunto (BRAHM; RIBEIRO; TAVARES, 2017, p. 175).

Desta maneira, os cemitérios podem ser vistos como locais de memória, pois dentro deles se constroem túmulos que perpetuaram a existência temporária daquele indivíduo que o túmulo abriga. “Para após a morte, ser reverenciado e cultuado na memória ou na recordação de grupos específicos ou da sociedade como um todo” (Ibid, p. 175). A partir dessas duas citações de Brahm, Ribeiro e Tavares é perceptível o grande aparato de elementos materiais e imateriais presentes nos cemitérios e tão importantes para a história, cultura, identidade, das cidades.

São por estes apontamentos, por se acreditar que o cemitério é local de vida e memórias vivas, enquadrando-o na Nova Museologia, que se busca contribuir para a construção do cemitério Nossa Senhora das Dores enquanto patrimônio material e imaterial. Levantando-se em conta também, a sua importância na relação com as pessoas que o visitam, no que se refere principalmente a memória, ao trazer uma reflexão sobre a falta de espaço físico para enterramentos horizontais neste local em consonância com as legislações atuais e decisões administrativas.

2 CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO CULTURAL

2.1 AS CIRCUNSTÂNCIAS DE SUA TRAJETÓRIA

Em um primeiro momento, é de suma importância conceituar o patrimônio material e imaterial com base em documentos que regem as legislações brasileiras de forma a apresentar para o leitor o patrimônio que está sendo desenvolvido neste TCC. O primeiro documento a ser destacado é a Constituição Federal de 1988, art. 216, onde:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003)

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2016, p. 126)

Extraí-se do artigo 216 da Constituição Federal, que os subitens I e II referem-se ao patrimônio de caráter imaterial, enquanto os demais subitens se destinam aos patrimônios materiais. Já o inciso 1º deste artigo, deixa claro o papel do Poder Público em conjunto com a comunidade em proteger e preservar o patrimônio cultural⁴, seja através de registros, de inventários, de tombamentos, entre outras formas.

Outro artigo da Constituição Federal que aborda a respeito do patrimônio cultural, é o art. 24 que atribui a responsabilidade da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre “VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico” (Ibid, p. 29). Já o artigo 30 apresenta a competência dos

⁴ Em alguns momentos será falado em patrimônio material e imaterial, em outros de patrimônio cultural, porém entendam que patrimônio cultural é o macro que engloba o material e imaterial, conforme apresentado na Constituição Federal de 1988.

Municípios sobre o assunto, onde cabe aos mesmos “IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (Ibid, p. 34).

Ao trazer esses artigos, demonstra-se a responsabilidade de todas as quatro esferas do país (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) e da comunidade em relação ao patrimônio que os faz parte, que está presente dentro do seu território, sendo referência à identidade, memória, cultura, história, entre outros elementos, de quem representa, seja em relação ao patrimônio de determinada comunidade, seja em relação ao patrimônio nacional.

Cabe acrescentar que a definição de patrimônio da Constituição Federal foi uma ampliação do conceito existente no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que em seu artigo 1º elucida que:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Ainda segundo o Decreto-lei, os bens somente seriam considerados parte deste patrimônio quando estivessem inscritos em um dos quatro livros tomo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo os livros tomo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes; e Artes Aplicadas. Sobre os bens passíveis de serem considerados patrimônio é importante destacar que se aplica ao pertencente a pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito público interno e de direito privado.

Em relação ao patrimônio imaterial é interessante acrescentar que este é uma linha de pensamento que começou a fazer parte da noção de patrimônio há pouco tempo, pois num primeiro momento se referenciava somente ao material, que se originou da ideia de herança, de bens que são passados de pais para filhos, ou seja, bens que descendem, que são obtidos em caráter de sucessão. Entretanto, é na Revolução Francesa, devido principalmente a vontade de preservar e ao sentimento de perda⁵, que o patrimônio material ganha um novo significado.

⁵ Durante a Revolução Francesa muitos patrimônios foram danificados, incendiados, saqueados, derrubados, o que resultou numa preocupação em relação a preservação destes espaços que sofreram com o período histórico.

“A partir da Revolução Francesa e durante todo o século XIX, o termo ‘patrimônio’ passou a designar essencialmente o conjunto de bens imóveis [...]” (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2014, p. 73). Apesar deste novo pensamento, a preocupação ainda era relacionada aos aspectos físicos do patrimônio, sem uma especificidade maior das características de distinção destes bens imóveis e de aspectos imateriais, necessitando assim, um aprofundamento sobre o que constitui o termo patrimônio.

Já em 1972 - de 17 de outubro a 21 de novembro em Paris⁶ - ocorre a “Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural” da UNESCO, que apresentou em seu produto final um documento composto por um conjunto de artigos referentes às definições de patrimônio cultural e natural, assim como a proteção nacional e internacional do mesmo, entre outros pontos pertinentes. Porém, o que pretendo chamar atenção aqui, é para o aumento expressivo em relação às novas categorias de patrimônio e preocupações em relação a preservação.

Sobre este último, vejamos um trecho do documento que evidência:

Constatando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através e fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes;

Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo; (UNESCO, 1972, p. 1).

Estes primeiros pontos citados pela convenção, se refletem em artigos posteriores, sendo um deles, o que compete aos Estados presentes a obrigação de assegurar a proteção, conservação, identidade, transmissão dos patrimônios, seja através do desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas, seja por meio de leis, da criação de serviços para proteger esses locais, entre outras medidas. Para encerrar os conteúdos abordados na convenção, cabe destacar, que a mesma

⁶ Ratificada pelo Brasil através do Decreto nº 80.978 de 12 de dezembro de 1977 que apresenta a cópia da convenção para ser executada e cumprida.

considera como patrimônio cultural: os monumentos, os conjuntos e os sítios; e como patrimônio natural: os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas e os locais de interesse naturais ou zonas naturais⁷.

Em novembro de 2000 é lançado o *Notre patrimoine, un présent du passé* (Nosso patrimônio, um presente do passado) resultado de uma proposta apresentada a Ministra da Cultura e Comunicações do Quebec pelo grupo consultivo sob a presidência de Roland Arpin. A proposta incorpora ao patrimônio além dos elementos materiais, os imateriais, onde o:

O patrimônio imaterial [...], reúne os conhecimentos e habilidades que caracterizam uma comunidade. É nesta categoria que estão localizados o patrimônio linguístico, a toponímia, o patrimônio científico, o patrimônio audiovisual, a parte do patrimônio artístico que está relacionada com o conhecimento e o saber-fazer, bem como os muitos elementos do patrimônio vivo. Esses “objetos” imateriais [...], são parte integrante do patrimônio, ou seja, do patrimônio cultural de uma sociedade. (ARPIN, 2000, p. 22, tradução nossa).

Nesta concepção de patrimônio é aberto um leque maior do que a UNESCO apresentava em 1972, trazendo elementos do patrimônio documental, arquivístico, bens móveis e imóveis, como: obras de arte, jornais, edifícios, livros, objetos etnográficos, entre outros. Destaca-se por fim, que esta proposta apresenta uma definição rica em elementos no que se refere ao patrimônio imaterial e provavelmente influenciou nas discussões futuras sobre o assunto, sendo considerada uma referência neste estudo.

Em 2003 - 23 de setembro a 7 de outubro⁸ - ocorre a “Conferência para salvaguarda do patrimônio imaterial” realizada pela UNESCO em Paris. Nesta nova conferência é abordado o conceito de patrimônio não somente no âmbito material, mas também e principalmente no contexto imaterial, além de considerar a interdependência entre estes patrimônios culturais em conjunto com o

⁷ Sobre esse tema ver UNESCO, 1972.

⁸ O Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006 promulga esta convenção.

natural. A convenção veio da necessidade de salvaguarda do patrimônio imaterial, pois os processos de transformação social e globalização trazem consigo a “intolerância, graves ameaças de degradação, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios de salvaguarda deste” (UNESCO, 2003, p. 2).

Sendo uma das formas de proteção do imaterial a contribuição e cooperação da comunidade internacional em conjunto com os Estados que estavam presentes na convenção, reforçando a conscientização das gerações mais jovens sobre a importância dele, sensibilizando “[...] a nível local, nacional e internacional para a importância do patrimônio cultural imaterial e de sua apreciação recíproca” (Ibid, p. 3), por meio da viabilidade que ocorre pela investigação, inventário, valorização, documentação, transmissão, educação, entre outros e por fim, o respeito por este patrimônio que representa a identidade de uma determinada comunidade, grupos e indivíduos.

Segundo a UNESCO de 2003 entende-se como patrimônio cultural imaterial:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana (Ibid, p. 3).

Esta definição de patrimônio imaterial, ainda segundo a UNESCO se manifesta nos seguintes domínios: “artes do espetáculo, técnicas artesanais tradicionais, tradições e expressões orais, conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo, práticas sociais, rituais e atos festivos” (Ibid, p. 4). É possível perceber que os resultados desta convenção foram significativamente importantes para a

construção do patrimônio imaterial a nível internacional, assim como o conceito, os domínios que lhe foram atribuídos.

Já no âmbito nacional se torna essencial discorrer sobre o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a primeira instituição governamental de âmbito nacional voltada para a preservação do patrimônio cultural do Brasil, criada pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, “Art. 46. Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937).

No mesmo ano, no dia 30 de novembro, foi promulgada o Decreto-lei nº 25 que regulamentou os tombamentos de bens imóveis e móveis, destinando ao então SPHAN a responsabilidade de gerenciamento desta política por meio de quatro livros tombo apresentados neste Decreto-lei, mencionados anteriormente. Já em 1946 o SPHAN se transforma na Diretoria de Preservação do Patrimônio Nacional (DPHAN), se tornando posteriormente através do Decreto nº 66.967/1970 artigo 14 em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em relação aos livros tombo utilizados pelo IPHAN é essencial evidenciar que se direcionam apenas para o patrimônio considerado material, enquanto o patrimônio imaterial trazido na Constituição Federal acabava não tendo lugar nesses livros. Somente no ano de 2000, por meio do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto, que “institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências” (BRASIL, 2000). Neste Decreto é apresentado também quatro livros tombo para o registro dos patrimônios imateriais, sendo: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares, havendo a possibilidade de abertura de outros livros caso algum bem imaterial não se enquadre nos acima citados.

Em 1997 o IPHAN em comemoração aos seus 60 anos criação promoveu em Fortaleza o seminário “Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção” que resultou na Carta Patrimonial de Fortaleza, com o objetivo de desenvolver diretrizes e instrumentos administrativos e legais com o intuito de salvaguarda do patrimônio imaterial. O

seminário contou com a presença de membros da UNESCO. Algumas considerações referem-se à necessidade de proteção específica do patrimônio imaterial, ao aprofundamento do conceito existente deste patrimônio por meio do IPHAN e com a colaboração das instituições de pesquisa e universidades. Em relação a preservação, destaca que seja formado um banco de dados acerca das manifestações culturais de forma a difundir as informações, a importância do desenvolvimento de um Programa Nacional de Educação Patrimonial e da criação de uma Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural com metas e objetivos claramente definidos.

Por fim, destaco que o conceito de patrimônio cultural de natureza material e imaterial que será utilizado de base para o restante deste TCC, é o definido na Constituição Federal de 1988, pois entende-se como sendo o órgão máximo e mais importante para o país devido ao seu caráter de poder sobre todas as demais instâncias brasileiras, e por definir o que o IPHAN defende como patrimônio.

2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DAS DORES

Como já visto anteriormente, o patrimônio cultural inclui tanto os elementos materiais como os elementos imateriais, elementos que são importantes portadores de referência às memórias, às identidades, às tendências temporais, a história, à cultura de um determinado grupo social, de uma comunidade. Desta forma, este tópico tem o intuito de apresentar o cemitério, como uma dentre amplas possibilidades de bem cultural patrimonializado, discorrendo em especial sobre o cemitério Nossa Senhora das Dores.

O estudo sobre os cemitérios enquanto patrimônio cultural contribui na compreensão deste patrimônio “[...] que uma dada sociedade cria, significa e ressignifica, resguarda ou descarta, lembra e esquece, reconstrói, desconstrói e constrói num ir e vir dialético, permanente, vivo” (ALVES, 2014, p. 206). Além de nos ajudar a entender “[...] como uma sociedade se relaciona com o que ela própria produz/reproduz. Ou seja, o que e como ela entende o seu patrimônio cultural, especialmente em se tratando do patrimônio cultural, em relação às questões fúnebres” (Ibid, p. 206).

Desta forma, destaca-se que a maneira como ocorre a organização espacial do cemitério, os signos que o caracterizaram, pois para Bakhtin

As pessoas materializam a realidade utilizando os signos. No olhar bakhtiniano o signo é uma

construção social, ou seja, ele só existe dentro de um contexto que lhe dá sentido e seus significados dependem do contexto social, histórico e cultural em que o indivíduo está inserido (BAKTHIN, 1986, p. 4).

Assim como os elementos artísticos e arquitetônicos que fazem parte da sua composição, as celebrações religiosas que ocorrem neste espaço, a forma como acontecem as relações de memória, a cultura, entre outros pontos, serão reflexos da sociedade na qual o cemitério está presente, de como esta comunidade o vê e tem suas interpretações a respeito do mesmo, havendo uma forte ligação entre o mundo dos vivos com o mundo dos mortos.

A respeito do patrimônio cultural funerário é de suma importância a sua conceituação para a compreensão do que o mesmo engloba em sua conjuntura, sendo, portanto, o patrimônio funerário:

[...] entendido como todos os aspectos da cultura relacionados, direta ou indiretamente, à morte que são relevantes, significativos e fazem parte dos sinais de identidade de uma sociedade. A concepção do mundo, além da história, crenças e tradições, rituais funerários, a organização e representação da morte, expressões artísticas e musicais, obras, atividades e profissões, aspectos festivos e a coexistência, assim como a pluralidade cultural e religiosa, fazem parte desse universo simbólico e espacial (MORERAS; TARRÉS, 2012, p. 1, tradução nossa).

Com base neste conceito é perceptível os aspectos materiais e imateriais que o patrimônio funerário abarca, sendo necessário abordar estes espaços “[...] a partir de uma perspectiva integral, como um todo inter-relacionado, no qual os diferentes elementos que o compõem fazem sentido para serem interpretados dentro do contexto global” (Ibid, p. 1, tradução nossa). Neste caso, é observado que o patrimônio material e imaterial se inter-relacionam, sendo importante compreendê-los como um todo.

Sobre os elementos que constituem o patrimônio cultural cemiterial, cabe neste momento, descrevê-los dentro do cemitério Nossa Senhora das Dores que é objeto deste estudo de caso, apresentando, primeiramente, a distinção deste tipo de cemitério, pois isto influenciará em sua composição. O cemitério em questão é denominado

convencional, “por ser em grande medida relacionado com a confissão católica e com seus elementos religiosos que foram difundidos no Brasil a partir do século XIX” (CASTRO; HERBERTS, 2011, p. 55), possuindo em sua estrutura as seguintes edificações: capela mortuária utilizada para a realização de velórios, cruz das almas ou cruzeiro das almas (figura 1) localizado próximo à entrada, contendo uma cruz sobre uma plataforma, é utilizado para a prática de rituais.

Figura 1 - Cruzeiro das Almas do cemitério.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

A importância do cemitério enquanto patrimônio cultural é apresentado na Carta Internacional de Morelia⁹ ocorrida em 2005, no México, relativa a cemitérios patrimoniais e arte funerária:

Os sítios, monumentos, conjuntos e elementos fúnebres constituem um caso particular, pouco valorizado e menos frequentado, do patrimônio cultural material, acompanhado por usos, costumes, ritos, comportamentos e manifestações de cada cultura em torno da inevitabilidade da

⁹ É um produto do VI Encontro Ibero-Americano e Primeiro Congresso Internacional de Avaliação e Gestão de Cemitérios e Artefatos Patrimoniais Funeral.

morte e a disposição dos restos humanos, que constitui um patrimônio cultural imaterial de igual importância e uma das manifestações da diversidade cultural que acompanhou a raça humana desde a antiguidade e continuará a acompanhá-la até sua extinção (MÉXICO, 2005, p. 154, tradução nossa)

Apontando oito problemas de preservação relacionados aos cemitérios dentre os quais se destaca para este TCC os itens 1, 2, 3, 6 e 7:

1 As oposições entre memória e esquecimento, a vitalidade e permanência das culturas funerárias diante da mudança e / ou o demérito dos valores culturais relacionados à morte.

2 Deterioração devido à inexorável passagem do tempo e à falta de manutenção de monumentos, grupos, elementos funerários, objetos culturais e artísticos.

3 Problemas de espaço insuficiente, dotação ou capacidade de cemitérios e equipamentos funerários frente ao crescimento acelerado da população.

4 Mudança de posição dos equipamentos funerários em relação às margens da cidade como resultado da expansão urbana.

5 Mudanças graduais nos usos, costumes e regulamentos relativos ao funerário.

6 Alterações ou danos ao patrimônio natural associados a esses locais.

7 Problemas decorrentes de inadequações nos instrumentos de regulação, gestão, salvaguarda e financiamento.

8 Deterioração e danos repentinos a locais, monumentos, conjuntos e elementos funerários devido a desastres de origem natural (terremotos, inundações, entre outros) ou causados por ação humana ou institucional (conflitos regionais, nacionais e internacionais) (Ibid, grifo nosso, p. 156, tradução nossa).

A Carta Internacional de Morelia buscou estabelecer alguns critérios para a salvaguarda deste patrimônio, de forma a valorizá-los, protegê-los e conhecê-los, reafirmando o direito cultural sobre o mesmo.

A respeito dos elementos do patrimônio material presente no cemitério, destaca-se os tipos de sepulturas, havendo neste caso, cinco tipologias: os túmulos, os jazigos, as covas simples, os mausoléus e os verticalizados.

Os quatro primeiros conceitos destacados abaixo são tratados pela autora Elisiana Trilha Castro (CASTRO, 2017, p. 48) no livro O patrimônio cultural funerário catarinense. São eles: túmulo, jazigo, cova simples e mausoléu, a saber,

Túmulo: construção erguida, em memória de alguém, no lugar onde se acha o sepultado, composta por uma construção tumular que pode cobrir o espaço da sepultura ou delimitá-la, pode abrigar um ou mais sepultamentos e ainda podendo conter cabeceira ou lápide horizontal (figura 2).

Figura 2 - Túmulo presente no cemitério.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Jazigo: edificação horizontal utilizada para o sepultamento de várias pessoas, normalmente maior que os túmulos e menor que os mausoléus (figura 3).

Figura 3 - Jazigo ao fundo (na cor marrom).



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Cova simples: caracterizada normalmente na parte superior por uma cabeceira, uma cruz, ou outro tipo de sinalização para indicar o local da sepultura, não havendo, portanto, a construção tumular sobre o espaço do corpo sepulto e nem a delimitação deste espaço (figura 4).

Figura 4 - Cova simples no cemitério.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Mausoléu: é um túmulo de grande porte que ultrapassa as medidas de um túmulo normal por meio de construções que lembram

capelas, casas, que podem abrigar um ou mais sepultados, além de poder possuir ornamentos, esculturas, entre outros, em seu interior (figura 5).

Figura 5 - Mausoléu.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

A quinta tipologia de sepultura tem como base o conceito da pesquisadora Larissa Bitar Duarte (DUARTE, 2016, p. 55) em seu trabalho intitulado Entre a memória e o lugar dos mortos no cemitério das Irmandades: o turismo de necrópole em Jaguarão (RS) como alternativa para o desenvolvimento regional.

Verticalizado: nesta forma de sepultamento os corpos são colocados em gavetas distribuídas em andares um ao lado do outro, onde os visitantes em alguns casos percorrem os corredores por meio de escadas ou elevadores (figura 6).

Figura 6 - Túmulos verticalizados.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Segundo Castro e Herberts “os túmulos constituem-se, na maioria dos casos em artefatos datáveis com precisão, uma vez que nas lápides tumulares encontram-se, frequentemente impressas, as datas de nascimento e de morte daqueles que foram enterrados” (CASTRO; HERBERTS, 2011, p. 37). Em alguns casos, além destes elementos gráficos que também incluem os epitáfios, ou seja, as dedicatórias, homenagens dos familiares e textos sobre a memória da pessoa sepultada naquele local (figura 7), conta com imagens em baixo ou alto relevo, normalmente utilizados para representar algo, tratadas como iconográficos (figura 8).

Figura 7 - Representação dos elementos gráficos, neste caso, informações sobre os sepultados e epitáfio (a frase aos sepultados).



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Figura 8 - Elemento iconográfico representado pela imagem de uma santa.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Outros elementos bastante encontrados no cemitério Nossa Senhora das Dores são os ornamentos como os oratórios, vasos, alegorias, fotografias, cruzes, epitáfios e elementos iconográficos

(mencionados anteriormente), enquanto as imagens sacras e anjos¹⁰ estão presentes em menor número. Entende-se por ornamentos “todo símbolo ou adereço presente em um sepultamento, podendo ser pintado, colocado ou entalhado sobre esses, com a proposta de embelezamento ou para referências religiosas” (Ibid, p. 52). Com base no livro *Cemitérios no caminho: o patrimônio funerário ao longo do caminho das tropas nos campos de Lages* das autoras Castro e Herberts (CASTRO; HERBERTS, 2011, p. 52-54), apresento os conceitos abaixo destacados para a compreensão dos elementos presentes no cemitério em questão:

Oratórios: construções pequenas parecidas com casas que ficam nos túmulos, normalmente utilizadas para a colocação de imagens sacras e de velas. No caso do cemitério Nossa Senhora das Dores, esses oratórios se encontram principalmente localizados aos pés dos túmulos ou próximo às cabeceiras (figura 9).

Figura 9 - Oratório localizado aos pés do túmulo.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

¹⁰ Ambas às imagens podem ser consideradas sagradas, porém às autoras consideram-nas como categorias diferentes, conforme será explicitado posteriormente.

Vasos: utilizados para a colocação de flores artificiais ou naturais e de plantas (figura 10). Verificou-se a presença de outra estrutura menos comum também utilizada para a colocação de flores nos túmulos, formada por vários furos (figura 11).

Figura 10 - Vasos com flores artificiais.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Figura 11 - Estrutura utilizada para a colocação de flores.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Alegorias: obra de arte representando uma ideia abstrata, uma representação figurativa. Bastante presente em forma de coração no cemitério Nossa Senhora das Dores. (figura 12).

Fotografia: imagem do sepultado (figura 12).

Figura 12 - Alegoria em forma de coração e fotografia.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Cruz: aparecem em forma de esculturas, algumas em madeira, concreto (figura 13).

Figura 13 - Cruz de madeira.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Imagens sacras: esculturas que representam as divindades cristãs, como santas, santos, Jesus Cristo, virgens (figura 14 e 15).

Figura 14 - Representação da imagem sacra.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Figura 15 - Representação de uma imagem sacra, Jesus Cristo.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Anjo: figura alada representada em forma de escultura, painéis (figura 16).

Figura 16 - Representação de um anjo.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Estes são os principais tipos de sepulturas e elementos materiais presentes no cemitério em questão, sendo importante destacar que tanto os tipos de sepulturas como os elementos que fazem parte do conjunto possuem aspectos imateriais. Por exemplo, os tipos de sepulturas são símbolos de uma cultura, de tendências, de modos de fazer e podem refletir o poder aquisitivo das famílias, apesar de “que o investimento no túmulo nem sempre signifique tentativa de individualização ou distinção social. Pode ser apenas uma demonstração de cuidado para com a última morada de um parente querido” (ALVES, 2014, p. 177). Enquanto os ornamentos, os gráficos, os epitáfios, os iconográficos - elementos que podem compor as sepulturas - além de demarcar e de situar o local do sepultamento e da identidade do sepultado, são repletos de sentimentos, são elementos do simbolismo e do imaginário sobre a morte, fontes de história, de memória, aspectos que também estão presentes nas sepulturas.

Para além destes elementos, há também o uso recorrente de fotografias nos locais das sepulturas, sendo uma forma de afirmar a identidade e a memória de quem está sepultado, em conjunto com as informações como nome, data de nascimento e de enterramento. “Até mesmo o abandono dos túmulos e dos cemitérios e talvez até da

memória dos mortos, funciona como expressão do patrimônio cultural de uma sociedade, pois revela como dissemos, a mentalidade, o imaginário e as representações dessa mesma sociedade” (Ibid, p. 207), perceptível no cemitério Nossa Senhora das Dores, onde há muitas sepulturas quebradas, sem manutenção, sem a presença de algum indício de uma visita recente (figura 17).

Figura 17 - Sepultura danificada, apresentando partes quebradas.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

A respeito dos ritos funerários, neste caso “[...] as ações realizadas após o sepultamento, como a colocação de flores (naturais ou artificiais), as velas e outras práticas que possuem caráter simbólico, geralmente, ligados a crenças religiosas e que podem ocorrer com certa regularidade” (CASTRO; HERBERTS, 2011, p. 59-60), como a missa do sétimo dia. Além destes ritos funerários após o sepultamento, há também os ritos que ocorrem antes, como as formas de preparação do corpo, o velório e o local de realização do mesmo (em casa, na capela mortuária).

É bem presente a colocação de flores artificiais em vasos sobre os locais de sepultamento, principalmente próximo ao Dia de Finados¹¹ (período em que aumenta a manutenção e limpeza das sepulturas, assim como a colocação de flores), porém percebeu-se a presença de uma grande quantidade de flores naturais sobre alguns túmulos (figura 18), talvez resultados de sepultamentos recentes. Encontrou-se também um possível símbolo de retribuição a algum santo milagreiro ou uma associação da pessoa ou criança sepultada neste espaço ao ritual de Cosmo e Damião (figura 19), mas que exigiria um estudo maior para comprovar as razões pelas quais isso ocorre.

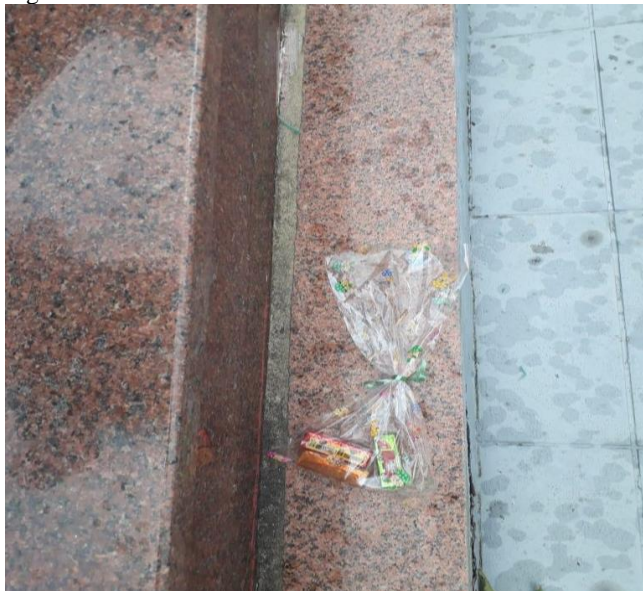
Figura 18 - Flores naturais sobre túmulo.



¹¹ Ocorre no dia 2 de novembro, sendo também conhecido como Dia dos Fieis Defuntos, ou Dia dos Mortos.

Fonte: Daniele Rauber (2019).

Figura 19 - Pacote de doces encontrado ao lado de um túmulo.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Em relação à distribuição espacial dos enterramentos dentro do cemitério, percebe-se que se dá muitas vezes de forma desordenada. Próximo a entrada e ao cruzeiro das almas, há o espaço destinado a sepultamento de inocente (também conhecido como sepultamento infantil), ou seja, que possuam “[...] aproximadamente até doze anos, geralmente identificável por formatos tumulares pequenos [...]. O termo inocente ou anjinho aplica-se com mais regularidade aos sepultados até a idade de sete anos, que para o culto católico ainda não compartilham da culpa pelo pecado original” (Ibid, 2011, p. 55), verifica-se ainda neste local, alguns sepultamentos de adultos, além de não ser totalmente delimitado.

Por fim, os elementos destacados anteriormente contribuem para a consideração do cemitério Nossa Senhora das Dores enquanto patrimônio cultural, sendo no próximo tópico, evidenciado o patrimônio imaterial: a memória e a sua relação com o cemitério, as pessoas que o

visitam e o monumento funerário¹², pois os tipos de sepultamento oportunizam “[...] o direito à memória, à imortalização do sepultado na terra” (BASTIANELLO, 2010, p. 97), ocorrendo, portanto, a materialização da memória nos elementos (tipos de sepultura, iconográficos, gráficos, entre outros) e o desejo dos vivos em não serem esquecidos depois de mortos.

2.3 O LUGAR DE MEMÓRIA NO CEMITÉRIO

No tópico “2.2 Patrimônio cultural do cemitério Nossa Senhora das Dores” demonstrou-se a importância do cemitério estudado como patrimônio cultural, pois a sua tipologia (cemitério tradicional/secularizado) o torna:

[...] uma instituição cultural da sociedade ocidental. A preservação do seu patrimônio é uma das formas de legitimá-lo, assim como as atividades artísticas e culturais realizadas *in loco*. Os agentes dessas ações [...], preocupam-se em marcar o cemitério como um espaço humanizado, onde os vivos podem obter um conhecimento histórico amplo do passado e do presente de uma cidade. A vivência adquirida com e sobre a morte do outro propicia o exercício da sensibilidade humana, um sentimento que deve ser estimulado na sociedade atual (BORGES, 2016, p. 15).

Neste sentido, as histórias, as etnias, as tradições, as culturas, as memórias, estão presentes e se manifestam no espaço cemiterial, merecendo “[...] mais atenção por parte da sociedade, afinal, nele se pode visualizar e interpretar a humanidade em seu movimento. É vida que pulsa nos cemitérios” (ALVES, 2014, p. 168). Assim como é possível conhecer a forma como a sociedade a qual o cemitério se encontra entende a morte e lida com ela, o que afeta diretamente nas relações de memórias que ocorrem neste local.

A memória e a sua ligação com as pessoas que frequentam e/ou tem algum ente enterrado no cemitério, assim como a ideia deste espaço enquanto lugar de memória, de materialização da mesma, é foco principal deste tópico, que entre os vários elementos que constituem o

¹² Um monumento funerário segundo LE GOFF, “é destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte” (LE GOFF, 1996, p. 536).

patrimônio material e imaterial, selecionou-se a memória como expressão imaterial, pois “a memória permite que os atos humanos tenham coerência e sentido, mas o patrimônio cultural, cujas noções estão vinculadas às de lembrança e de memória, é um lugar privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem voz e materialidade” (SANTOS, 2015, p. 29). Desta forma, o patrimônio cultural é um importante instrumento na preservação da memória, da identidade de quem representa, sendo através dele que elas se cristalizam, tomam forma.

Uma das formas de memória presente no cemitério Nossa Senhora das Dores é o epitáfio, “[...] uma inscrição sobre lápides tumulares ou monumentos literários, que apresenta enaltecimento, elogio breve a um morto. Tradicionalmente escrito em verso, encerra um lamento pela morte de outrem” (SANTANA, 2008, p. 91). O epitáfio retoma a lembrança da vida da pessoa, assim como, é uma maneira de deixar “[...] a história do sepultado gravada na pedra [...]” (BRAMBILLA, 2017, p. 217). A memória gravada na lápide não é somente do ente que ali se encontra, é também da pessoa que nela mandou gravar, das pessoas que do processo fizeram parte, é uma memória coletiva.

A memória coletiva se institui no patrimônio cultural, é através dele que a mesma se valoriza, dentro do espaço cemiterial, se encontrando no monumento funerário, pois este, de acordo com LE GOFF “[...] é destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O monumento por essas características de ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) [...]” (LE GOFF, 1996). Ainda segundo o autor, o monumento é um tipo de material da memória, pois ele é a herança, o sinal do passado.

Tanto o monumento, como os lugares de memórias, “[...] são pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade” (HALBAWCHS, 1969). Para tanto é importante destacar que o monumento, neste caso, funerário, refere-se aos tipos de sepulturas, em especial, os túmulos, mecanismos essenciais para a preservação, materialização, enraização da memória individual e/ou coletiva. É “através dos monumentos funerários que simbolizam e que mantêm a memória do sepulto que se é expresso as diversas atitudes da sociedade diante da morte e que contribui para a formação de um

imaginário coletivo” (BASTIANELLO, 2010, p. 51). Ainda segundo o autor, “deste modo, cada monumento tumular, por meio de seus artefatos, alimentou e alimenta constantemente a concepção que a memória coletiva tem da morte, podendo reportar-nos ao contexto imaginário original de elaboração do monumento sepulcral” (Ibid, p. 51).

Desta última citação, extrai-se que o monumento funerário em sua conjuntura, com os elementos que o fazem parte (gráficos e epitáfios, iconográficos, entre outros) reúne um aparato importante para a formação da memória, identidade, história não somente das pessoas, famílias, a qual o monumento pertence, mas também de toda a comunidade ao seu redor. Assim como,

O monumento funerário e seus artefatos contribuem para o simbolismo do funeral, dando visibilidade à memória de um vazio, pois ela se arraiga no concreto, no cultural material. Através das edificações funerárias, dá-se a transformação do vazio em algo visível. Assim, esse espaço deve ser lido como um lugar de memória, porque enfoca o ato de lembrar do morto (Id, 2016, p. 64)

É esta leitura do cemitério como lugar de memória que será abordado neste TCC, as suas relações com o patrimônio, a identidade, a história, as pessoas, as comunidades, como forma de demonstrar a importância da sua preservação. Ainda a respeito da relação entre memória, monumento tumular e elementos inscritos nas sepulturas é interessante destacar que:

A memória e o esquecimento mantêm a mesma relação que une a vida e a morte, e os vivos não querem ser esquecidos depois de mortos. Desta forma, o túmulo ou monumento tumular se torna lugar de memória, sua edificação oportuniza o direito à memória, à imortalização do sepultado na terra. Neste contexto, a memória se materializa nos artefatos cemitieriais inscritos nas sepulturas. São elementos que simbolizam a morte e o enterrado, proporcionando a fixação da lembrança do falecido. Tais atos são formas de chamar a viver. (Ibid, p. 97-98).

Para além disto, a construção tumular simboliza o fim da vida do sepultado que nela se encontra, os elementos que no túmulo há, além de proporcionarem a fixação da lembrança do falecido, também contribuem para a formação da sua memória, o mantendo de certa forma presente naquele espaço. Cabe ainda chamar a atenção para o fato de que o cemitério enquanto lugar de memórias, é também lugar de esquecimentos, e/ou silêncios, sendo processos construídos que passam muitas vezes pela seleção e manipulação, principalmente da memória coletiva, pois

Indicar que as memórias e os esquecimentos podem ser semeados e cultivados corrobora a importância de se trabalhar pela desnaturalização desses conceitos e pelo entendimento de que eles resultam de um processo de construção que também envolve outras forças, como por exemplo: o poder. O poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos (CHAGAS, 2002, p. 44).

Desta forma, a memória sempre está sofrendo variações, não sendo considerada estática, além de ser um importante mecanismo para o fortalecimento da identidade individual e coletiva de uma determinada comunidade. No espaço cemiterial, este fortalecimento também ocorre, assim como “[...] a perpetuação da memória do morto começa a se destacar seja por meio da construção, da ornamentação do túmulo, das inscrições nas lápides carregadas de sentimentos e fantasias da imortalidade, e da localização do enterramento” (BRAMBILLA, 2017, p. 213). Para além da memória do sepultado, assim como já destacado anteriormente, há a memória das pessoas que permaneceram e que buscam através dos elementos materiais (túmulos, ornamentos, entre outros), do modo como se realiza o sepultamento, manifestar o pensar, as ações, as atitudes em relação a morte e rememorar o ente sepultado.

Por fim, a importância desta argumentação se dá principalmente pela necessidade de levar ao espaço voltado para a morada dos mortos, visto por muitos como tal, como um lugar que por ter relação direta com a morte é repleto de simbologias e tabus, o faz passar despercebido o seu potencial enquanto patrimônio cultural, assim como o fato de ser um espaço onde a memória se cristaliza e onde a morte reafirma as “[...] práticas culturais, crenças, assim como, os traços de religião, cultura e memória são encontrados também no modo como sepultamos e rememoramos um ente querido.” (CASTRO, 2010, p. 11).

Para tanto, o cemitério Nossa Senhora das Dores é um importante lugar de memórias, as memórias de quem se foi, as memórias dos que ficaram, as memórias individuais e coletivas, expressas em sua forma mais consistente: os túmulos e os elementos que o compõem, importantes fortalecedores e afirmadores das identidades e memórias dos indivíduos que ali se encontram sepultados e dos grupos que frequentam o espaço cemiterial. É com base nestes aparatos que posterior será discutido como a falta de espaço horizontal para o sepultamento influência nas memórias, tendo em vista que o sepultamento verticalizado devido ao espaço reduzido não conta em sua maioria, com a ornamentação e elementos que um túmulo possui, o que diminui os aparatos memoriais.

3 CAPÍTULO II – O DIÁLOGO COM A MUSEOLOGIA

3.1 CAMINHOS DE UMA NOVA MUSEOLOGIA

A Museologia apresenta duas correntes de pensamento que foram se desenvolvendo ao longo dos anos por inúmeros pesquisadores, chegando ao que se conhece hoje por: Museologia Tradicional e Nova Museologia, porém é importante destacar que de acordo com Primo:

A Museologia atual conta com uma nova vertente, chamada de Museologia Social¹³ cuja característica fundamental é a valorização do homem como sujeito participativo, crítico e consciente da sua realidade, facto que a nosso ver transcende a valorização da cultura material desvinculada a realidade social (PRIMO, 1999b, p. 35).

A respeito desta última vertente, destaco que não será abordada neste TCC, pois o enfoque é dado às duas primeiras correntes, principalmente por serem marcos referenciais para o surgimento dos ternários da Museologia, ternários esses que serão tratados no tópico

¹³ Ver mais em: ASSUNÇÃO, Paula; CHAGAS, Mario; PRIMO, Judite; STORINO, Claudia. A Museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 55, n. 11. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2018. p. 73-102. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6364>>. Acesso em: 16 out. 2018.

“3.2 Nova Museologia e a adaptação do ternário”. Portanto, abaixo é apresentado um breve histórico da Museologia desde a criação do ICOM, com o intuito de demonstrar, em um primeiro momento, o lado tradicional e os seus princípios norteadores que influenciaram o movimento da Nova Museologia, assim como o que foi articulado. A partir deste momento, será apresentado esses referenciais que foram importantes para o desenvolvimento e pensamentos do campo museológico, assim como a prática por parte dos profissionais de uma Museologia voltada ao diálogo e a interação com a comunidade, onde a mesma se relaciona com a realidade por meio do seu patrimônio e sobre o qual tem o poder de agir e modificar.

O primeiro marco referencial apontado pela autora ocorreu com a criação do ICOM¹⁴ em 1946, responsável pela elaboração de alguns documentos como o Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus em 1958, a Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, o I Atelier Internacional da Nova Museologia em 1948 e a Reunião de Oaxtepec no mesmo ano. O segundo referencial diz respeito ao Seminário Regional da UNESCO¹⁵ que dialoga a respeito da educação formal exercida dentro dos museus, destacando a importância de profissionais com competência formal na área museológica, para as exposições com excesso de informação, além de apontar sugestões para estas problemáticas.

Por fim, o seminário “[...] estabelece um objetivo de estudo para a Museologia: *o objeto museológico*, entendido como o objeto artístico, histórico e tridimensional.” (Ibid, p. 9, grifo do autor) e “coloca vários questionamentos sobre os diferentes tipos de museus e suas especialidades” (Ibid, p. 10), sendo importante para a época e posteriormente, devido aos apontamentos levantados, e principalmente “[...] por ir ao encontro dos anseios de muitos profissionais da Museologia, insatisfeitos com os limites que a Museologia Tradicional lhes impunha” (Ibid, p. 18-19).

O terceiro referencial se trata da Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972 que apresenta uma nova função do museu que vai “[...] além da recolha e conservação de objetos, pois a instituição passa a ser

¹⁴ “[...] associação que congrega profissionais de museus do mundo todo [...] motivada a entender e estreitar as relações entre grafia e a logia no *locus* museal, principalmente após vir à tona a premência de se estabelecer as teorias e conceitos que alimentam a práxis museal” (CURY, p. 46, 2004, grifo do autor).

¹⁵ Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus que ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil.

vista como agente do desenvolvimento comunitário, exercendo um papel decisivo na educação da comunidade” (Ibid, p. 11), desta forma o museu se torna parte integrante da sociedade, contribuindo na formação de consciência da mesma, a qual serve e possuindo um papel social. É apresentado, portanto, o conceito de Museu Integral, que trata do museu enquanto agente de transformação e instrumento do desenvolvimento social, “[...] destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (Ibid, p. 10). A mesa também afirma que o profissional “[...] museólogo é entendido enquanto ser político e social” (Ibid, p. 11), pois a partir do momento que este profissional passa a trabalhar na instituição social denominada museu, é necessário que o mesmo possua uma posição de ideais políticos e sociais.

Outra questão importante a respeito da Mesa Redonda de Santiago é que “este documento propõe, que a relação que o homem estabelece com o Patrimônio cultural passe a ser estudada pela Museologia, e que o museu seja entendido como instrumento e agente de transformação social” (Ibid, p. 19), o museu é visto como ação, como influenciador na educação da comunidade e de seu desenvolvimento, pensamento diferente do apontado no Seminário Regional da UNESCO de 1958 que estabelecia o museu enquanto extensão da escola praticando a educação formal.

Em junho de 1976 cria-se o quarto marco referencial, o ICOFOM que:

[...] passou a ser o maior e mais importante fórum de discussão e estudo sobre teoria museológica. Neste momento e nos anos posteriores, os objetivos do ICOFOM eram a definição de Museologia, a constituição de um sistema de conhecimento museológico, o desenvolvimento de um programa de ensino universitário da Museologia e a compreensão das interrelações da Museologia com outros campos de conhecimento (CURY, 2004, p. 46).

Importante destacar que, desde a sua instalação em 1977, o ICOFOM com o intuito de caracterizar a Museologia enquanto campo de estudo independente e cujo os objetivos estão explícitos na citação acima, realizou anualmente¹⁶ até o presente século, encontros

¹⁶ Destaco que em 1982 o encontro não ocorreu devido a motivos que podem ser conhecidos em Cury (2004, p. 48).

internacionais que debateram os mais diversos temas específicos. Abaixo, apresento com base em Cury¹⁷, três desses encontros, com o intuito de chamar atenção para o que se estava discutindo até o ano de 1984 quando acontece o quinto marco referencial de destaque para o desenvolvimento da prática museológica e do seu pensamento, a ser apresentado posteriormente.

1. **1980:** ocorre no México o *Museologia, uma ciência em formação*, onde aconteceu a discussão acerca do objeto de estudo da Museologia e a apresentação de duas propostas de objeto: 1) a relação específica entre o homem e a realidade - de Stránský e Gregorová; e 2) fato museal, ou seja, a relação específica entre o homem e o objeto - de Waldisa Russio;
2. **1981:** acontece em Estocolmo o *Museologia e interdisciplinaridade* que trata a interdisciplinaridade como método de ação do museu, da capacitação, formação profissional e da pesquisa em Museologia; e
3. **1983:** *Museu, território, sociedade - novas tendências/novas práticas* em Londres, refletiu sobre os conceitos de memória, cotidiano, ecologia, identidade, territorialidade e território, comunidade, desenvolvimento e apresentou alguns estudos de caso de ecomuseus (Ibid, p. 48-50).

O quinto e sexto marcos referenciais aconteceram em 1984, um em Quebec - I Atelier Internacional da Nova Museologia; e o outro no México - Reunião de Oaxtepec. O atelier teve como resultado a Declaração de Quebec que busca estender as funções e as atribuições tradicionais da Museologia para além da museografia, ou seja, o objetivo da Museologia não deveria ser somente a identificação, a preservação, a conservação, a comunicação (etc.) dos objetos, mas também o desenvolvimento da comunidade por meio de ações que gerem diálogo e confronto entre a comunidade e os objetos.

O ponto de relevância da Declaração de Quebec trata-se do reconhecimento de um novo movimento museológico, denominado de movimento da Nova Museologia que busca “[...] aprofundar as questões da interdisciplinaridade no domínio da Museologia facto que contrariava

¹⁷ A museóloga traz em seu trabalho intitulado *Museologia - marcos referenciais* apresentado em 2004 no Seminário: *Museólogo - 20 Anos de Profissão no Brasil*, uma cronologia dos encontros internacionais realizados pelo ICOFOM de 1977.

o saber isolado, absoluto e redutor da Museologia tradicional instituída, deixando desta forma espaço para uma maior reflexão crítica” (PRIMO, 1999b, p. 12). Assim surge a dicotomia entre a Museologia de coleções (Museologia Tradicional) e a Museologia de caráter social (Nova Museologia).

Por fim, o texto da Declaração de Quebec “não traz em si novidades conceituais, mas a sua importância deve-se ao facto de ter reconhecido a existência do movimento da Nova Museologia, tendo assim legitimado uma prática museológica mais ativa, socializadora, dialógica e internacionalmente autónoma” (Ibid, p. 24). Isto com o intuito de se atualizar com as demandas daquele momento, principalmente no que condiz às transformações relacionadas às sociedades.

A Reunião de Oaxtepec, deu origem a Declaração de Oaxtepec que apresenta um ponto principal para este TCC, pois

[...] considera indissolúvel a relação: **território-património- comunidade;** e propõe que a Museologia, seja ela a Nova ou Tradicional, leve o homem a confrontar-se com a realidade por meio de elementos tridimensionais, representativos e simbólicos. Para tanto é necessário o diálogo e participação comunitária, evitando o monólogo do técnico especialista (Ibid, p. 13, grifo do autor).

Desta forma a participação ativa da comunidade contribuiria para a reafirmação do papel da Museologia no desenvolvimento da sociedade. A respeito do conceito de patrimônio cultural destaca-se “a sua ampliação, passando a ser entendido como uma visão integrada da realidade, indicando, portanto, que a Museologia não pode mais se manter isolada e se dissociar dos problemas sociais, políticos, econômicos e científico” (Ibid, p. 14). Problemas estes que conferem ao profissional museólogo o caráter de ser político e social, aspecto tratado na Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972.

Em relação a Nova Museologia e a Museologia Tradicional, a Declaração de Oaxtepec traz a ideia de dicotomia entre as duas. E por fim, defende a preservação *in situ*, pois “justifica que ao retirar o patrimônio do seu contexto, modifica-se a ideia original.” Neste contexto, se considera o território como um espaço de ação para a área museológica, onde as técnicas podem ser desenvolvidas com o intuito de

preencher as funções museais, assim como, o que tem relação com a exposição, a conservação, a segurança.

No ano de 1985 acontece o sétimo referencial aqui destacado, ou seja, a formalização o MINOM durante o II Encontro Internacional - Nova Museologia / Museus Locais que ocorreu em Lisboa, Portugal após este encontro ocorreram mais dezoito conferências internacionais do MINOM, sendo o último realizado em Bogotá - Colômbia no ano de 2018. Os encontros ocorreram em diversas regiões do mundo, com temáticas bastante amplas, envolvendo questões como: Museologia territorial e organização social, patrimônio, juventude e desenvolvimento, Sociomuseologia, entre outros.

Em 1986 e 1987 acontecem dois encontros internacionais do ICOFOM que merecem destaque para a abordagem que está sendo realizada. O primeiro intitulado *Museologia e identidade* foi realizado em Buenos Aires, Argentina e “[...] discute a identidade como um processo contínuo de criação e recriação individual e coletiva. Neste encontro também se discutiu o papel do patrimônio cultural e dos museus na (re)construção da identidade cultural” (CURY, 2004, p. 52).

Já em 1987 ocorre em Helsinque-Espoo, Finlândia o *Museologia e museus* que debateu pontos como: “o deslocamento de ênfase do objeto para o público e a comunidade, o alargamento do conceito de objeto de museu (expansão para o imaterial), abertura à tendência para conservação *in situ* (em seu contexto, como em museus de sítio, casas históricas, ecomuseus)” (Ibid, p. 52). No primeiro notamos a importância da identidade (re)construída por meio do patrimônio cultural e dos museus, enquanto no segundo encontro é apresentado a comunidade e o público como foco central dos museus, assim como o fortalecimento das ideias de conservação *in situ* já tratadas pela Declaração de Oaxtepec em 1984.

O oitavo marco referencial é a Declaração de Caracas que acontece em 1992 na Venezuela, onde é refletido o papel do museu enquanto um transformador social a serviço da comunidade, sendo importante que a missão do museu seja definida de forma clara no que refere a sociedade a qual está inserido. Outra questão é o redirecionamento do conceito de Museu Integral tratado na Mesa Redonda de Santiago do Chile para o de Museu Integrado com a Comunidade. Também “propõe que o museu assuma a sua responsabilidade como gestor social, através de propostas museológicas que reflitam os interesses da comunidade e utilizem uma linguagem comprometida com a realidade, sendo esta a única forma de transformá-la” (PRIMO, 1999b, p. 15).

Isto reflete o papel do museu tratado acima, o direcionando para além de um espaço voltado a educação e a informação, desta forma o museu é apontado como um local onde os meios de comunicação ocorrem, onde é estabelecida a interação entre a comunidade, a cultura e o processo. Portanto, o museu deve dialogar com a comunidade na qual está inserido, estimulando o pensamento crítico, afirmando e desenvolvendo por meio de seus aparatos, de seu acervo, de suas exposições, de suas pesquisas, da participação da comunidade, a identidade individual e coletiva, sendo importante para tanto que ocorra a reformulação das políticas de formação, ou seja, a política de comunicação, de conservação, de coleção e de pesquisa.

O oitavo e último marco de referência destacado neste TCC é a definição de museu trazida nos Estatutos do ICOM de 1995:

O museu é uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e expõe-nos especialmente com intenções de estudo, de educação e de deleite.

(A) A definição de museu acima dada deve ser aplicada sem nenhuma limitação resultante do tipo da autoridade tutelar, do estatuto territorial, do sistema de funcionamento ou da orientação das coleções da instituição em causa;

(B) Além dos "museus" designados como tais, são admitidos como correspondendo a esta definição:

(I) os sítios e os monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos e os sítios e monumentos históricos que possuam a natureza dum museu pelas suas atividades de aquisição, de conservação e de transmissão dos testemunhos materiais dos povos e do seu meio ambiente;

(II) as instituições que conservam coleções e que apresentam espécimes vivos de vegetais e de animais tais como os jardins botânicos e zoológicos, aquários, viveiros;

(III) os centros científicos e os planetários;

(IV) os institutos de conservação e galerias de exposição que dependem das bibliotecas e dos centros de arquivo;

(V) os parques naturais;

(VI) as organizações nacionais, regionais ou locais de museu, as administrações públicas de tutela dos museus tal como foram acima definidas;

(VII) as instituições ou organizações com fins não lucrativos que exercem atividades de investigação, educativas, de formação, de documentação e outras relacionadas com os museus ou a Museologia;

(VIII) qualquer outra instituição que o Conselho executivo, segundo opinião da Comissão consultiva, considere como detentoras de algumas ou da totalidade das características de um museu, ou que possibilite aos museus e aos profissionais de museu os meios de fazerem investigações nos domínios da Museologia, da educação ou da formação (ESTATUTO DO ICOM, 1999, p. 33-34).

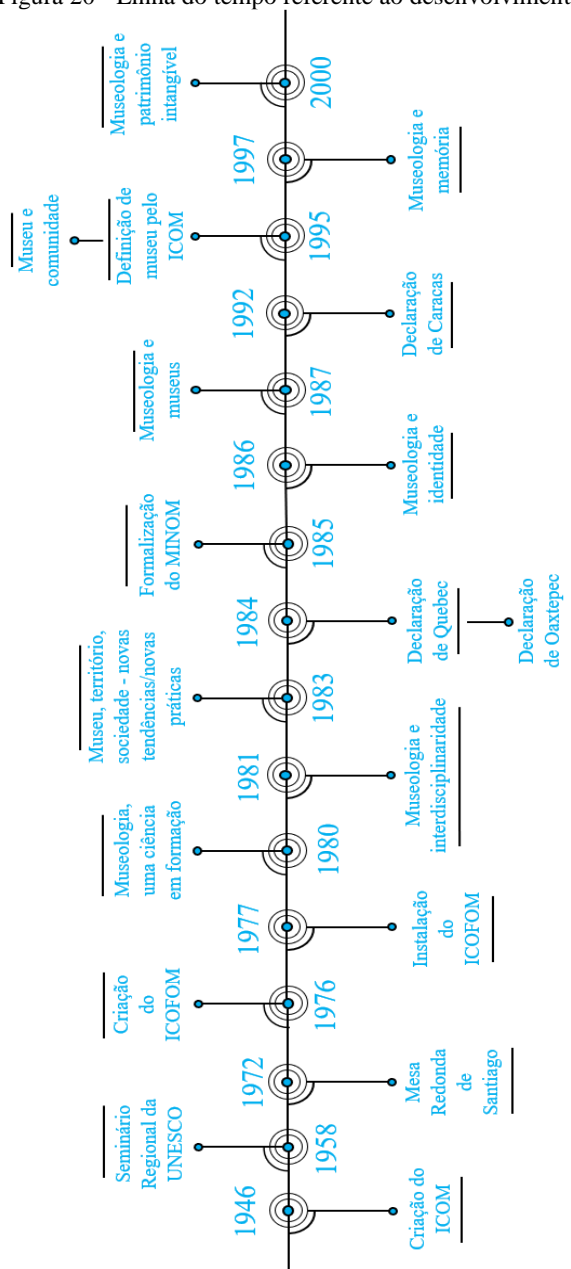
O ponto de destaque para Primo é o (VII) “[...] por considerarmos que a Museologia contemporânea, tem vindo a manifestar a sua maior vitalidade, criatividade e empenhamento muito para além do que se convencionou, desadequadamente, ‘dever ser um museu’, a revelia do que o próprio ICOM reconhece” (PRIMO, 1999b, p. 29). Neste (VII) enquadram-se as instituições que não precisam ser necessariamente denominadas ou criadas como museu, porém cabe a elas, o exercício de atividades relacionadas com o campo da Museologia ou dos museus, como algumas descritas no próprio item.

Por fim, trago mais três encontros internacionais do ICOFOM com base no texto *Museologia - marcos referenciais* (CURY, 2004, p. 54-55):

1. **1995:** *Museu e comunidade* ocorrido em Stavanger, traz de volta a discussão sobre a relação dos museus com a sociedade.
2. **1997:** *Museologia e memória* que acontece em Paris, aponta a memória como um processo em constante construção no presente através da interpretação do passado. Nele se discutiu a participação e o papel dos museus nesta construção e a ideia de museus como lugares de memória.
3. **2000:** *Museologia e o património intangível* realizado em Munique-Brno, amplia a problemática do conceito do objeto de museu, evidenciando uma dimensão intangível nas coleções da instituição.

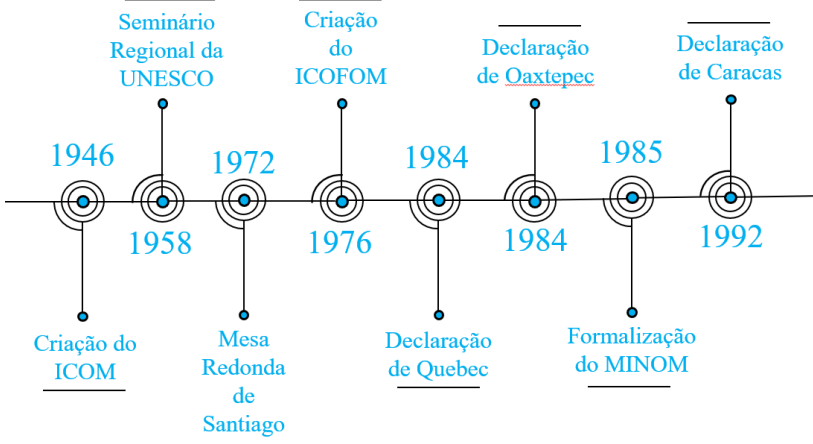
Estes são os principais momentos que foram evidenciados neste tópico para o desenvolvimento da disciplina de Museologia, assim como o surgimento da corrente Nova Museologia. Na figura 20 é apresentado a linha do tempo de todos os eventos citados acima, enquanto na figura 21 é ressaltado os oitos marcos referenciais para a Nova Museologia.

Figura 20 - Linha do tempo referente ao desenvolvimento da Museologia.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Figura 21 - Oito marcos referenciais para a Nova Museologia.



Fonte: Daniele Rauber (2019).

Destaco por fim, que o movimento da Nova Museologia:

[...] enfatizou a vocação social dos museus e seu caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo que chamou a atenção para modos de expressão e de comunicação renovados. O seu interesse estava principalmente nos novos tipos de museus concebidos em oposição ao modelo clássico e à posição central que ocupavam às coleções nesses últimos: tratava-se dos ecomuseus, dos museus de sociedade, dos centros de cultura científica e técnica e, de maneira geral, da maior parte das novas proposições que visavam à utilização do patrimônio em benefício do desenvolvimento local (CONCEITOS-CHAVE DE MUSEOLOGIA, 2014, p. 63).

Assim como, a Nova Museologia “[...] não é uma outra em contraste com a antiga, mas sim um modelo metodológico de interação entre o patrimônio cultural e a sociedade” (CURY, 2004, p. 63). É por meio destas duas citações e do transcorrer histórico apresentado anteriormente, que fica claro a mudança do foco dos museus e sobretudo da Museologia, passando a ser o diálogo e a participação com a comunidade a qual servem, com suas atividades voltadas ao desenvolvimento social, a reflexão crítica. Tanto o museu como a

museologia precisam ter posicionamentos políticos e sociais, assim como estarem a serviço da sociedade, buscando esta integração com ela, além de concatenados e associados com as tendências atuais nos meios científicos, políticos, econômicos e sociais.

3.2 NOVA MUSEOLOGIA E A ADAPTAÇÃO DO TERNÁRIO

Após o histórico apresentado sobre o desenvolvimento do campo museológico, busca-se neste momento aprofundar sobre a ideia da relação entre patrimônio - território - comunidade, tratado na Declaração de Oaxtepec, trazido juntamente com a Nova Museologia e as reflexões acerca do objeto de estudo da Museologia. A relação entre museu - acervo - público associado a Museologia Tradicional também será abordado, com o intuito de demonstrar como as reflexões sobre a Museologia e seu objeto de estudo influenciaram nas mudanças de concepções desta relação na Museologia Tradicional para a relação na Nova Museologia. Portanto, pretende-se, em um primeiro momento, apresentar uma breve cronologia sobre o desenvolvimento do objeto de estudo, e posteriormente aprofundar na reflexão dessas duas relações.

Começo a cronologia a partir da realização, em 1958, no Rio de Janeiro, do Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus onde “[...] a Museologia foi definida como o ramo do conhecimento ligado ao estudo dos objetos e organização de museus” (CARVALHO, 2011, p. 149). Esta definição traz a ideia de uma disciplina voltada ao estudo da finalidade e da organização de museus, sendo “essa visão a mais popular entre os profissionais de museus, vinda de uma longa tradição” (MENSCH, 1994, p. 4).

Em 1965 o museólogo Zbynek Z. Stránský e o teórico polonês da Museologia Wojciech Antoni Janusz Gluziński apresentam duas concepções a respeito do objeto de estudo da Museologia, o primeiro autor traz a ideia de que “não há um objeto de estudos e sim tendências de conhecimento” (CURY, 2004, p. 60), já Gluziński afirma “que a museologia não tem um objeto de estudo da museologia, mas vários que se realizam nas inúmeras esferas do museu” (GLUZINSKI apud CURY, 2004, p. 60). É perceptível nas falas uma pluralidade nesses conceitos ao apresentar as palavras: **tendências de conhecimento** e **vários objetos de estudo**, reflexo da “diversidade de visões em relação ao conteúdo da museologia que se proliferou enormemente desde 1965, ao invés de cristalizar-se em poucas e bem definidas escolas de pensamento” (MENSCH, 1994, p. 1-2, grifo do autor).

No mesmo ano que ocorre a Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972 (onde foi proposto que a Museologia passasse a estudar a relação que as pessoas estabelecem com o patrimônio cultural, já apontado anteriormente), o ICOM melhora a definição apresentada no Seminário Regional da UNESCO e traz a Museologia como “[...] o estudo da história e trajetória dos museus, seu papel na sociedade, seus métodos específicos de pesquisa, conservação, educação e organização, seu relacionamento com o ambiente físico e a classificação de diferentes tipos de museus” (Ibid, p. 4). Ainda segundo Mensch, este olhar demonstrado pelo ICOM conduziu “os objetivos dos programas de treinamento em museus, se falava em estudo de museus no lugar de Museologia” (Ibid p. 4-5), justamente devido a definição colocar como foco da disciplina o estudo dos museus, das funções e biografia deles.

A criação do ICOFOM (1976) foi fundamental para o desenvolvimento dos pensamentos sobre a disciplina e o seu objeto de estudo, pois “[...] após sua criação, tornou-se um dos principais lugares para discussão sobre a disciplina” (CURY, 2009, p. 27). Além de ser responsável por vários encontros internacionais importantes para as mudanças que ocorreram na Museologia, já descritas anteriormente. Os anos 80 até metade dos anos 90 foram importantes para a reflexão da Museologia como o estudo da relação entre as pessoas e a realidade por meio do acervo e depois para a relação entre a comunidade com o território mediada pelo patrimônio, como será descrito abaixo.

Em **1980** Stránsky fala de musealidade, uma ideia já apresentada pelo autor em anos anteriores¹⁸, porém neste momento, a musealidade é apontada como um aspecto específico da realidade, sendo a Museologia responsável pela “interpretação científica dessa atividade do homem em relação à realidade (i.e. atitude específica que encontra sua expressão na tendência de adquirir e preservar autênticas representações de valores) e fazer-nos entender a musealidade em seu contexto histórico e social” (STRÁNSKY apud MENSCH, 1994, p. 10-11).

Posteriormente, no mesmo ano, Stránsky aborda a disciplina como o estudo da relação específica entre o homem com a realidade, onde o seu objeto é:

[...] uma abordagem específica do homem frente à realidade, cuja expressão é o fato de que ele seleciona alguns objetos originais da realidade, insere-os numa nova realidade para que sejam preservados, a despeito do caráter mutável

¹⁸ Para saber mais vide BENSCH, 1994, p. 10.

inerente a todo objeto de sua inevitável decadência, e faz uso deles de uma nova maneira, de acordo com suas próprias necessidades (Ibid, p. 11-12).

Em relação a primeira abordagem, Stránsky foi considerado por muitos autores como o pai deste tipo de definição, se refletindo em trabalhos realizados por outros autores. A segunda:

[...] proposição foi incorporada por diversos autores, tornou-se uma tradição que pode ser sintetizada no ternário **PESSOA, OBJETO e MUSEU** ou P x O x M, ou seja, representa a relação entre o homem e a realidade mediada pelo objeto musealizado (CURY, 2009, p. 28, grifo nosso).

Este tripé museológico aparece no momento em que a museóloga brasileira Waldisa Rússio Camargo Guarnieri apresenta a sua primeira definição de fato museal, para a autora o fato museal é a relação profunda entre o homem e o objeto.

Em **1981** a autora Anna Gregorová apresenta sua contribuição, para a qual, a Museologia é:

[...] a ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade, que consiste na coleção e conservação intencional e sistemática de objetos selecionados, quer sejam inanimados, materiais, móveis e principalmente objetos tridimensionais, documentando assim o desenvolvimento da natureza e da sociedade e deles fazendo um uso científico, cultural e educacional (GREGOROVÁ apud MENSCH, 1994, p. 12).

Ainda segundo o cientista holandês no campo da Museologia Peter Van Mensch, neste momento, Gregorová “compara essa relação específica do homem com a realidade, a relação do museu com a realidade” (Ibid, p. 12). A sua proposta foi bastante citada ao longo dos encontros realizados pelo ICOFOM. No mesmo ano, a autora Rússio apresentou a segunda alteração do fato museal, acrescentando que é “a relação profunda entre o homem, sujeito que conhece e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir” (RÚSSIO, 1981 apud CURY, 2004, p. 64).

1982: o termo patrimoniologia ou estudos patrimoniais é proposto pelo Doutor em Museologia Tomislav Sladojević Šola, “[...]”

tirando o foco do museu e levando para as relações entre a sociedade e sua herança cultural” (CURY, 2004, p. 61). Sendo “dedicado ao estudo ‘da relação específica entre o homem e a realidade’, e considerando o museu como ‘uma das formas possíveis de realizar a relação entre o homem e a realidade’ [...]” (SCHEINER, 2009, p. 53), definição parecida com o objeto de estudo proposto por Stránsky e criticado por ele¹⁹.

1984: acontecem dois dentre os eventos significativos para a Museologia, a saber, a Declaração de Quebec no Canadá, da Declaração de Oaxtepec no México e da criação do MINOM. No que se refere às duas declarações é importante destacar que a Declaração de Quebec define um objeto de estudo para a Museologia que “deveria ser, a partir deste momento, o desenvolvimento comunitário e não só a preservação de artefatos materiais de civilizações passadas” (PRIMO, 1999b, p. 13). O foco, portanto, sai dos objetos e é redimensionado para este desenvolvimento comunitário (também tratado na Declaração de Oaxtepec).

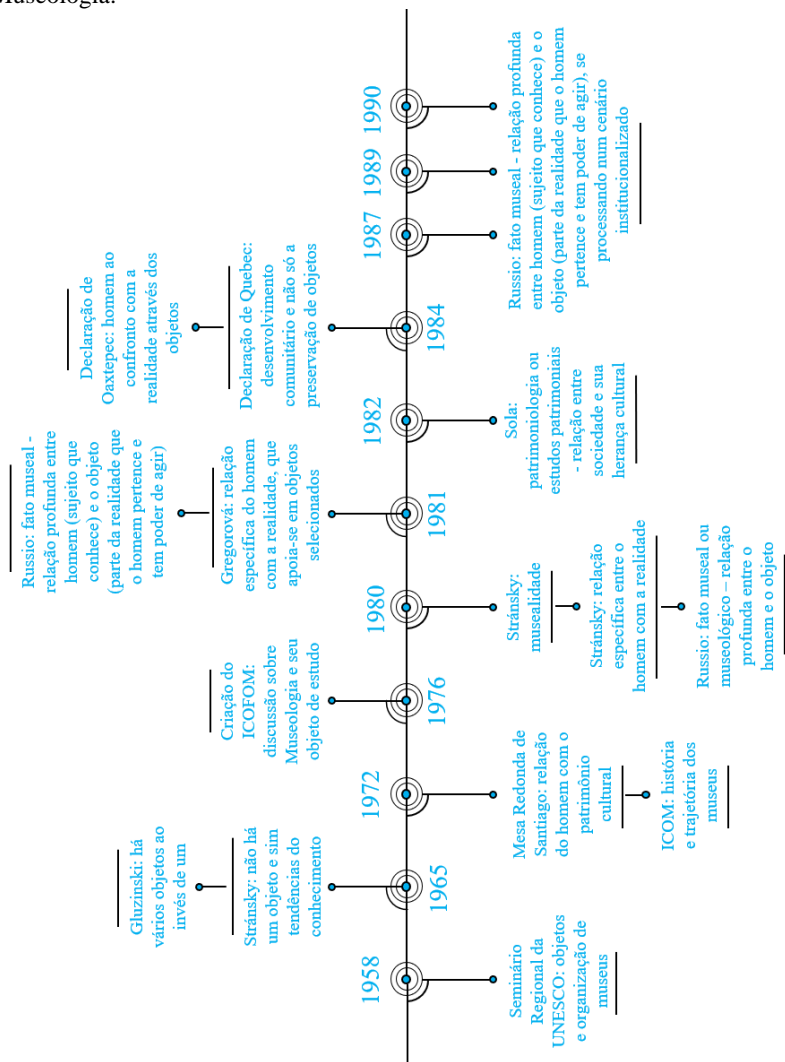
Na Declaração de Oaxtepec “a Museologia é reafirmada como vector de desenvolvimento comunitário e, propõe que esta capacite a comunidade para gerir suas instituições culturais” (Ibid, p. 14). Outro ponto diz respeito ao dever da disciplina de levar o homem ao confronto com a realidade através de objetos representativos, simbólicos e tridimensionais. A tridimensionalidade dos objetos como meio de confronto entre o homem e a realidade, também foi tratado por Gregorová em 1981, como já apontado acima.

Nos anos de **1987, 1989, 1990:** é apresentado o terceiro momento do desenvolvimento do fato museal ou museológico de Rússia, passando a ser “a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem poder de agir” - ‘relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu’” (RÚSSIO, 1990, p. 7 apud CURY, 2009, p. 28). “Destá realidade o homem também pode modificá-la e a institucionalização à qual se refere não é necessariamente um reconhecimento oficial, mas um reconhecimento pela comunidade” (RÚSSIO, 1984, p. 60 apud CÂNDIDO, 2010, p. 6).

¹⁹ Para saber mais acerca das reflexões sobre Patrimoniologia, recomendo: SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museologia ou Patrimoniologia: reflexões. IN: GRANATO, Marcus; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M.; SANTOS, Claudia Penha (org.). **Museu e Museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. Pp.43-59.

O resumo da cronologia apresentada neste 2.2, pode ser vista na figura 22 abaixo.

Figura 22 - Linha cronológica do desenvolvimento do objeto de estudo da Museologia.

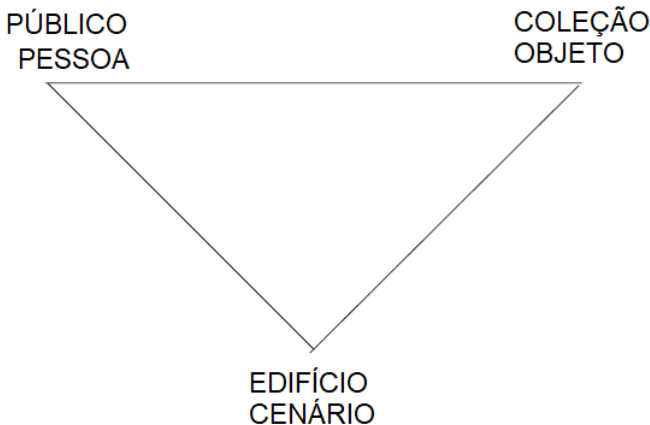


Fonte: Daniele Rauber (2019).

Os estudos e definições dos teóricos voltados para o objeto da Museologia (os teóricos citados acima , dentre outros) foram fundamentais para a ampliação do campo e serviram de influências para outros museólogos e pesquisadores, com destaque ao conceito de fato museal apresentado por Rússio, pois “[...] consideramos que esta tenha sido até o momento a mais proeminente contribuição brasileira para a construção epistemológica da Museologia” (CÂNDIDO, 2010, p. 8), sendo bastante replicada e analisada nos trabalhos.

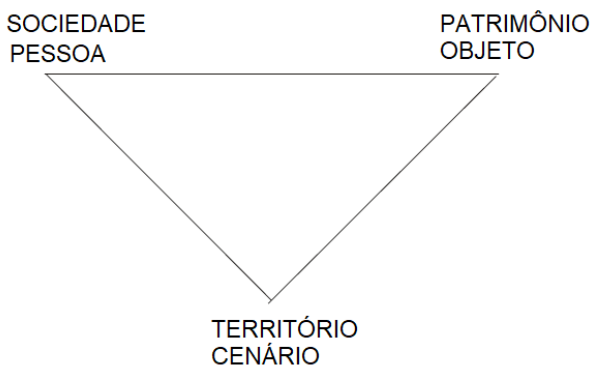
O fato museal, a proposição de Stránsky e as Declarações de Quebec e de Oaxtepec foram importantes para o surgimento dos dois ternários que buscavam mostrar essas novas formas de abordagens. O primeiro ternário que apareceu é o apresentado acima (homem objeto e museu ou H x O x M) e demonstrado na figura 23, enquanto o segundo, o qual será utilizado pela autora neste TCC para realizar a ligação com o cemitério, é representado na figura 24, sendo importante destacar que este último surgiu “[...] como resposta às novas demandas da Museologia e seu contexto de aplicação fora do que podemos denominar como museus tradicionais” (CURY, 2009, p. 28) e com o intuito de atender à Nova Museologia.

Figura 23 - Ternário representando a relação entre público - coleção - edifício.



Fonte: Adaptado de CURY, 2005, p. 66, acréscimo de: público – coleção - edifício.

Figura 24 - Ternário representado a relação entre sociedade - patrimônio - território.



Fonte: CURY, 2005, p. 67.

É perceptível que, na mudança do ternário com a Nova Museologia, a maneira como se analisa o fato museal alterou: o museu não é mais o foco principal da Museologia, mas sim o que é corrente na vida das pessoas que compõem a sociedade. “E a museologia e o museu participam sendo eles mesmos mediadores dos processos de significação do patrimônio” (Id, 2005, p. 67). A respeito da Museologia Tradicional e da Nova Museologia, é importante evidenciar que:

Não se pode falar na existência de duas museologias, pois o que na verdade ocorre são duas formas diferentes de se atuar na ‘ciência’ museológica. Pode-se dizer, que uma dessas formas é aquela que se preocupa basicamente com questões administrativas, documentais e preservacionistas do objeto; a outra forma de atuação está mais voltada para as necessidades e anseios sociais, assim como trabalha com a ideia de patrimônio entendido na sua globalidade e, as ações de preservação, conservação e documentação, pesquisa são feitas a partir dessa noção mais global do patrimônio (PRIMO, 1999b, p. 24).

Destaco neste momento dois pontos importantes para o uso da Nova Museologia neste TCC: 1) o ternário: comunidade - patrimônio - território; e 2) o fato da atuação da Nova Museologia estar voltada para os anseios e necessidades sociais. Onde a preservação do patrimônio, os acessos a ele e o conhecimento que a sociedade possui sobre o mesmo é fundamental para o exercício da cidadania da mesma e sendo essencial um fazer museológico onde as relações entre o patrimônio - território - sociedade seja focada, analisada e participativa entre os grupos que compõem o ternário.

Com base nos dois ternários apresentados (primeiro: homem - objeto - edifício; segundo: sociedade - patrimônio - território), saliento que:

O Campo museológico trata do ternário em seu conjunto ou a partir de um de seus aspectos, sem perder de vista o todo trilogico. Assim, **a produção em Museologia pode ser considerada aquela em que o objeto de estudo trata do ternário**, mesmo que considerando uma de suas partes, sem perder, no entanto, a perspectiva do todo (CURY, 2009, p. 29, grifo nosso).

Com base no grifo acima, afirmo que o segundo ternário é o foco deste TCC e por meio do qual se justifica a escolha do objeto de estudo neste trabalho museológico, o cemitério, pois é a partir do ternário que realizo a análise sobre o campo cemiterial e suas relações, onde: 1) o território é o cemitério com as problemáticas da falta de espaço para sepultamentos horizontais e as políticas públicas que regem o local; 2) o patrimônio cultural do cemitério, cujo conceito selecionado é o da Constituição Federal de 1988, sendo direcionado para o patrimônio imaterial: memória e as suas ligações; e 3) a comunidade da região onde o cemitério se localiza, pois o cemitério reflete esta sociedade, as suas tendências, os seus ritos, as suas culturas, as suas memórias.

Aproveito o tópico para realizar uma breve análise da musealização, uma importante ferramenta museológica e que é possível de ser aplicada no espaço cemiterial, principalmente devido aos novos pensamentos museológicos como, por exemplo, o tripé patrimônio, território e comunidade aplicado no TCC, devido as novas formas de museus (museus de território, a céu aberto, entre outros), pois segundo a museóloga Michelotti:

[...] o espaço museal sai dos limites do prédio-museu e passa a ser o território; musealizando patrimônios ao invés de objetos de coleção;

engajando uma comunidade participativa ao invés de somente públicos específicos [...] (MICHELOTTI, 2011, p. 19-20).

É “a partir desta nova concepção de museu que seus espaços são pensados não somente para as coleções, mas também para as pessoas [...]” (BRAMBILLA, 2017, p. 210), sendo na “relação território-patrimônio-comunidade, que o cemitério pode ser considerado um espaço a ser musealizado” (Ibid, p. 210), sendo importante que haja uma vontade de musealização deste local. Essas novas formas de pensamentos, são focadas na musealização *in situ* que

[...] proporciona ao acervo que se encontra no campo santo a preservação, bem como a facilidade de acesso para a contemplação e para a pesquisa por parte da comunidade; e permite a comunicação do conhecimento, o uso social do território, sua conservação e um turismo responsável (Ibid, p. 210).

Por fim, a musealização do cemitério Nossa Senhora das Dores deve ser levado em consideração, pois assim, o mesmo recebe uma importância que perpassa o de local destinado ao sepultamento, recebendo um olhar de preservação, de pesquisa, de deleite. Sendo necessário que a comunidade do entorno conheça e participe da construção do processo de musealização e das ações museológicas durante e pós a musealização.

4 CAPÍTULO III – O TERRITÓRIO E A COMUNIDADE

4.1 HISTÓRIA DE SÃO JOSÉ, SEU CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E SEUS CEMITÉRIOS

A história de São José da Terra Firme, atualmente, São José, localizada no Estado de Santa Catarina (figura 25), “[...] começa a ser contada a partir de 1750 quando na Baía Sul, fronteira à Ilha de Santa Catarina, foi fundada sua póvoa [...]” (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 15), constituída por açorianos vindos das ilhas dos Açores e Madeira, que se instalaram no dia 19 de março de 1750 na região que hoje é conhecida como o Centro Histórico da cidade, mais exatamente no entorno da Praça da Igreja Matriz e ao longo do litoral. Apesar deste tempo histórico demarcado como o início, é importante destacar que antes da chegada dos açorianos, “o litoral catarinense foi habitado pelos

índios (SIC) conhecidos por homem do sambaqui e guarani, como estudos realizados pelo padre João Alfredo Rohr [...]” (FARIAS, 2006, p. 95).

Figura 25 - Mapa de Santa Catarina em destaque São José.



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu (2006).

Foi a quarta cidade fundada no estado, os seus limites territoriais iam até Lages (criada em 1767) e as primeiras atividades econômicas desenvolvidas foram a lavoura com destaque ao cultivo de algodão e o comércio, o que proporcionou “o estabelecimento de um desenvolvimento satisfatório nos vinte anos seguintes, [...] além da construção das primeiras casas” (GERLACH; MACHADO, 1, 1982). No ano de 1756, São José da Terra Firme é elevada ao status de freguesia²⁰, realizando em 1787 a sua primeira tentativa de explorar o planalto e o sertão com o intuito de cultivar nestas terras, tendo como resultado, um caminho aberto na mata que uniu o litoral com a serra.

Dez anos depois, segundo estatística da época, “[...] a Freguesia de São José era composta de 389 *fogos* (casas habitadas), com uma

²⁰ O autor Farias apresenta que “a criação da freguesia de São José ocorreu em 26 de outubro de 1750, ou seja, alguns meses após a chegada dos açorianos” (FARIAS, 2006, p. 257). Optei pela data de 1756 por ser a comumente utilizada ao apresentar o histórico da região.

população total de 2.079 habitantes, incluindo os escravos, que eram em número de 412” (Ibid, p. 17, grifo do autor). A partir de 1829 os primeiros imigrantes alemães começam a vir para Santa Catarina: eram 523 pessoas oriundas do norte da Alemanha, que instalaram em março do mesmo ano sua colônia na região que fundaram com o nome de São Pedro de Alcântara, posteriormente outras etnias passaram a habitar a região, como o caso dos italianos, franceses, árabes e espanhóis.

Já no ano de 1833 a freguesia de São José é elevada a vila, o que demonstra o seu crescimento administrativo/político. Sete anos depois, em 1840, a região já contava com aproximadamente 7.688 habitantes em uma área territorial com cerca de 10.000 km². Já em 1855 seu quadro populacional contava com 13 mil moradores. No ano seguinte São José adquire o status de cidade através da Lei Provincial nº 415. No século seguinte, século XX, o crescimento urbano de forma acelerada de São José esteve associado

[...] à exploração urbana de Florianópolis a partir da década de 1960. A construção da BR-101 e de outros entroncamentos com o Planalto, Norte, Sul, Oeste de Santa Catarina e outros Estados brasileiros, a criação da Universidade Federal de Santa Catarina e as campanhas de divulgação de Florianópolis como destino turístico fizeram com que houvesse uma forte procura de imóveis.

A construção civil e o desenvolvimento de novas atividades gerou o aumento da oferta de empregos, atraindo volume cada vez maior de migrantes, que vinham em busca de trabalho, lazer e novas oportunidades de investimentos.

Grande parte desta população, por razões diversas, optou por se localizar no continente, em áreas pouco valorizadas do ponto de vista imobiliário, tanto por terem pequeno poder aquisitivo quanto por desejarem adquirir propriedades de maior extensão (FARIAS, 2006, p. 108).

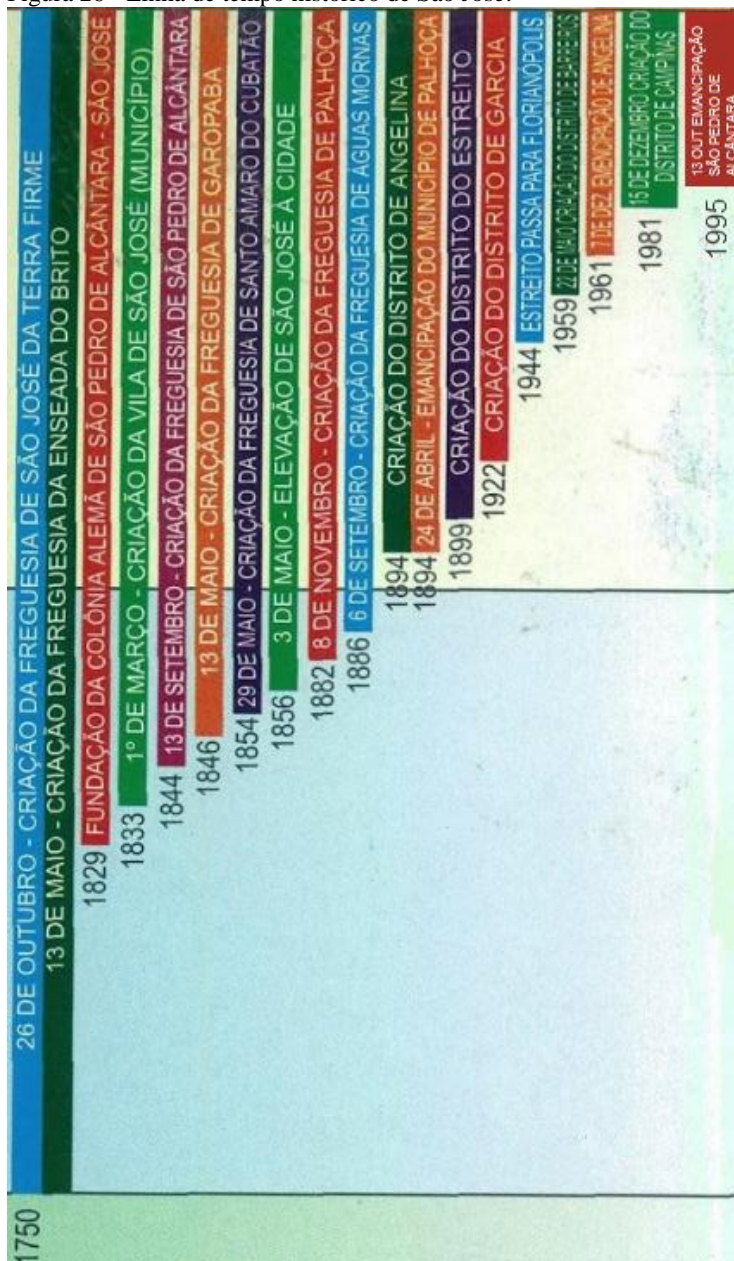
Este foi o caso de São José, por ser, no início da sua ocupação pelos açorianos, uma região agrícola e de comércio e que ainda estava em crescimento econômico, o custo para a aquisição de moradia não era alto, sendo, portanto, muito procurada principalmente por pessoas que trabalhavam na cidade vizinha, Florianópolis, o que lhe proporcionou o apelido de cidade dormitório. Outros motivos que contribuíram para o aumento da população josefense com a vinda de pessoas de várias

regiões do Brasil e do próprio Estado catarinense, foram as propagandas das belezas da região, as oportunidades de empregos²¹, assim como a crise que assolou o campo. Segundo Farias “o aumento da população foi espantoso. Em 1960, eram 31.192 habitantes, em 1970, somavam 42.235, em 1980 o número pulou para 87.817 [...]” (Id, 2001, p. 113), passando em 1998 para 152.734 conforme dados do IBGE. Com o passar dos anos, a cidade desenvolveu suas atividades econômicas, ampliou o mercado e hoje é considerada um importante polo industrial, comercial e de prestação de serviços.

A linha histórica da cidade de São José com os fatos relativos à criação das freguesias e regiões, as elevações da categoria de São José, assim como a emancipação de freguesias e lugares que resultou na perda territorial, podem ser observadas na figura 26.

²¹ Segundo Farias “o quadro de aproveitamento do solo para as atividades agrícolas continuou a ter importância até meados do século XX (mais ou menos 1950), quando devido ao adensamento populacional as terras passaram a ter outros usos” (FARIAS, 2006, p. 193).

Figura 26 - Linha de tempo histórico de São José.



Fonte: Wilson Francisco de Farias (2006).

As fronteiras iniciais de São José

[...] incluía o território de alguns municípios vizinhos, que foram se separando com o passar dos anos, como o Estreito, que passou a ser parte de Florianópolis em 1944. Angelina e Rancho Queimado se emanciparam em 1961 e 1962, respectivamente. São Pedro de Alcântara se tornou município em 1995 (FAGUNDES, 2013, p. 13).

Segundo também Gerlach e Machado “O território de São José, nos séculos XVIII e XIX, abrangia para o Sul as freguesias de Palhoça, Santo Amaro, Enseada do Brito, Garopaba - fazendo limites com as terras de Laguna e Lages; para o Norte incluía a Colônia Alemã São Pedro de Alcântara, até as terras da atual Angelina” (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 48), conforme figura 27.

Figura 27 - Limites de São José de 1833 a 1894.



Fonte: Atlas de Santa Catarina, Aerofoto Cruzeiro, Rio de Janeiro (1986) apud Vilson Francisco Farias (2006).²²

Porém este tamanho territorial foi se alterando ao longo dos anos, com a emancipação das regiões, resultando ao quadro atual da cidade com área de 150,450 km², que “tem como limite a leste as águas da baía sul da Ilha de Santa Catarina, a oeste São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos, ao norte Biguaçu e Florianópolis, e ao sul Palhoça” (FARIAS, 2006, p. 27) (figura 28), e se encontra dividida em três distritos: Barreiros, Campinas e Sede.

²² In: FARIAS, Vilson Francisco de. **São José 256 anos: em busca de suas raízes**. 2ª ed. São José: Ed. do autor, 2006. 480 p.

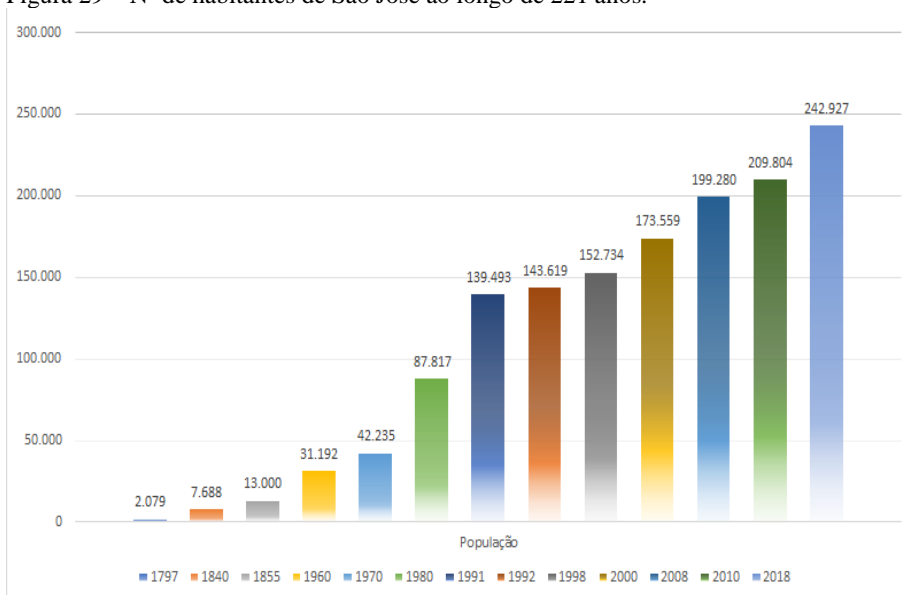
Figura 28 - Limites de São José na atualidade.



Fonte: Google Maps (2019). Acesso em 5 jul. 23:01.

Com base nos dados populacionais de São José apontados neste tópico e dos dados do IBGE apresentados no tópico “1. Introdução”, exponho a figura 29 com o intuito de demonstrar o aumento dos habitantes na região para debater as questões de organização urbana e seu reflexo no cemitério no 3.2.

Figura 29 – Nº de habitantes de São José ao longo de 221 anos.



Fonte: Compilado por Daniele Rauber (2019).

Com base nas informações sobre a população de São José apresentados acima se extrai os seguintes dados: de 1797 a 1980, um intervalo de 183 anos, o número de habitantes aumentou para aproximadamente 85 mil. Enquanto em 1991, cerca de 11 anos depois, chegou a 51 mil habitantes a mais, ou seja, em um curto intervalo de tempo a região cresceu mais de 50% do que demorou 183 anos para chegar. Isto se explica com a construção da rodovia BR-101 a partir da década de 70 que ligou pelo litoral os Estados do sul do Brasil e proporcionou o desenvolvimento do potencial industrial da cidade, a instalação de indústrias no primeiro distrito industrial localizado às margens da BR-101. Outro ponto que, em conjunto com a instalação do distrito industrial,

[...] contribuiu para a ascensão do município foi o crescimento populacional, devido em grande parte à migração para Florianópolis. Um número significativo de pessoas que se dirigiam à capital do Estado (oriundas principalmente do interior catarinense e dos Estados vizinhos) acabavam ficando em São José, principalmente por razões financeiras: havia novas ofertas de trabalho no nascente distrito industrial, assim como era mais barato viver em São José, e não na capital. O acréscimo populacional funcionou como uma injeção de ânimo na construção civil; desde a década de 70 a cidade vem sendo loteada, visando tanto às classes mais abastadas quanto às mais populares (ISOPPO et al, 2005, p. 7045-7046).

Surgem novos loteamentos, novos bairros, assim como comércio é fortalecido pela criação de varejos e atacados, pela construção do shopping center na região, a valorização imobiliária também ganha forças entre outros fatores já mencionados que contribuem para este aumento acelerado da população residente em São José que de 1991 até o ano passado (2018) apresentou uma expansão de 103 mil moradores a mais, reflexos de políticas em prol do desenvolvimento econômico que em conjunto com o plano diretor contribuem ou não na organização e distribuição espacial da cidade, assim como na qualidade de vida de seus habitantes.

4.1.1 Barreiros e Serraria

Barreiros é um dos três distritos que compõem a cidade de São José e Serraria del Rey Terra Firme. Atualmente, só Serraria é um bairro pertencente ao distrito de Barreiros, na qual o cemitério Nossa Senhora das Dores está localizado. Segundo Farias “ambas as regiões possuem registro de fixação de pessoas brancas em 1750, sendo a história de ocupação tão antiga quanto a da sede do município no Centro Histórico” (FARIAS, 2006, p. 325; 328), sendo o bairro Serraria a primeira área ocupada no distrito de Barreiros (Ibid, p. 326).

Segundo o mesmo autor tanto o nome de Barreiros como o de Serraria remetem ao século XVIII. O primeiro devido ao fato da região ser “[...] bastante encharcada (barrenta) junto ao mar, não havendo relação do nome com barreiras de extração de barro ou de cobrança de impostos, como querem alguns” (Ibid, p. 326), enquanto o segundo diz respeito a serraria que pertencia ao Rei de Portugal, utilizada para a preparação das madeiras utilizadas nos reparos dos navios que ancoravam para concertos na Ilha de Santa Catarina.

A seguir, alguns dados a respeito desses lugares:

Em 1796 “[...] o governador da Capitania de Santa Catarina apresenta os dados sobre as atividades econômicas de São José que incluíam informações sobre o que era e onde era produzido” (Ibid, p. 193), onde destaca que Barreiros, até a Ponta do Leal (área que fica localizada no Balneário em Florianópolis), era fértil para o cultivo de mandioca, milho, linho, arroz, algodão e feijão, ou seja, às terras eram bastante utilizadas para às atividades agrícolas, o que perdurou até por volta de 1950.

No ano de 1892 há informações de 92 famílias vivendo na região de Barreiros e Serraria²³, um número relativamente pequeno em relação aos seus 106 anos e apesar do registro de ocupação desde 1750, somente em “22 de maio de 1959 através da Lei nº 404 que o distrito foi criado. No entanto, a lei que fixa a zona urbana e suburbana do distrito é a de nº 431, de 24 de setembro de 1961” (Ibid, p. 325).

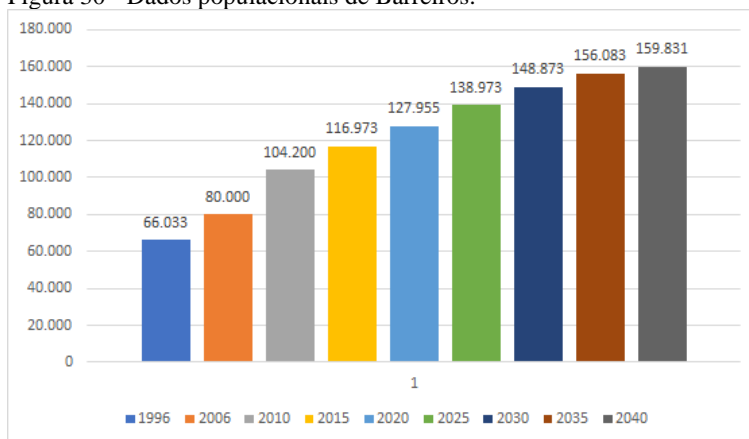
A década de 60 do atual século é marcada pela conseqüente urbanização e crescimento populacional em Barreiros, sendo submetido a partir da década de 1970 a um crescimento urbano desordenado e desenfreado. Em 1996 segundo o censo populacional o “distrito de

²³ O bairro era considerado uma área de atividades agrícolas que se manteve isolada até a década de 1960, o que também explica a pouca quantidade de ocupação.

Barreiros possuía 66.033 habitantes” (Ibid, p. 27) e em 2006 esse número chegava a 80.000 moradores, o que tornou Barreiros o maior distrito de São José.

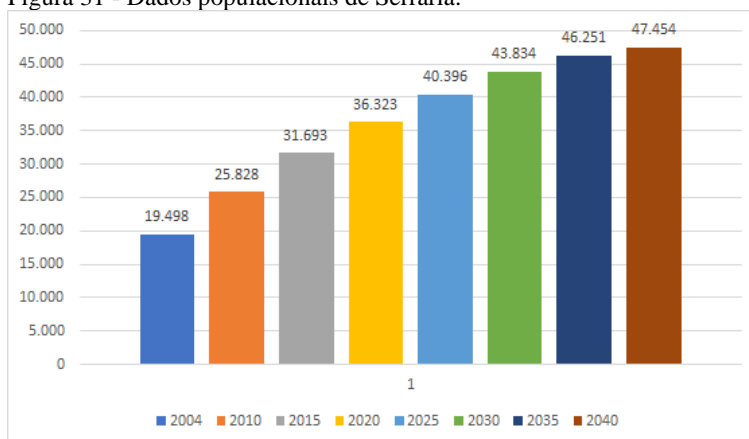
Abaixo será apresentado os dados populacionais de Barreiros e de Serraria (figura 30 e 31), com base nos números apresentados ao longo do texto e outros acréscimos, conforme informações do: IBGE; dos autores Campanario, Mameri (2015); do autor Farias (2006); e do Plano Diretor da cidade (2004).

Figura 30 - Dados populacionais de Barreiros.



Fonte: Compilados por Daniele Rauber (2019).

Figura 31 - Dados populacionais de Serraria.



Fonte: Compilados por Daniele Rauber (2019).

De acordo com os dados acima, o distrito de Barreiros de 1996 a 2015 apresentou um aumento de aproximadamente 50 mil habitantes, enquanto de 2020 a 2040 espera-se o crescimento de cerca de 32 mil moradores. É perceptível, portanto, que entre 2020-2040 há uma estimativa de aumento inferior que ao período de 1996-2015. Já segundo os dados do bairro de Serraria, entre 2004-2015 ocorreu um aumento populacional de 12 mil habitantes, enquanto de 2020-2040 esperasse haja cerca de 11 mil moradores a mais. Assim como Barreiros, Serraria também possui nos primeiros anos um maior acréscimo populacional do que as estimativas apresentadas de entre o período temporal de 2020-2040.

Em conjunto com estes dados - tanto da cidade, como do distrito e do bairro - é importante destacar que a industrialização da região contribuiu para o aumento expressivo da população residente e consequentemente para alguns problemas apresentados abaixo:

A industrialização em São José vem alterando a estrutura de produção ao longo de sua história e, com isso, transformando também a paisagem natural do local. Com o grande desenvolvimento, houve a necessidade de acompanhamento da infraestrutura na cidade, porém durante muitos anos esse acelerado crescimento no setor industrial e comercial provocou diversos problemas como saneamento, transporte, moradia e outros (ISOPPO et al, 2005, p. 7048).

Por fim, destaco que o esboço de todos estes dados referentes a população, a história, a forma como ocorreu o desenvolvimento da cidade, são importantes para compreendermos a relação da região com os seus cemitérios (apresentada no tópico “4.1.2 São José e sua relação com os cemitérios”), com sua comunidade.

4.1.2 São José e sua relação com os cemitérios

Segundo o apresentado anteriormente, o atual Centro Histórico de São José foi o foco principal de concentração dos primeiros açorianos que chegaram na região em 1750. No ano seguinte, já existia uma pequena Capela, onde hoje se encontra a Igreja Matriz [...]. (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 15), era comum na configuração das regiões que começam a ser povoadas por religiosos a presença de uma capela ou igreja. Em 3 de fevereiro de 1846 foi construído uma

pequena casa destinada a armazenar os cadáveres que no dia seguinte eram sepultados, este local foi destruído para a construção de uma capela na região de São José em 29 de junho de 1851.

Em fevereiro do ano seguinte, a Câmara Municipal produz um relatório ao Presidente da Província apresentando a necessidade de criação de um cemitério público para o devido sepultamento, que até o momento era realizado dentro da igreja, conforme demonstrado a seguir:

[...] também fallamos em hum cemiterio publico, porque alem de improprio dar-se a terra os corpos dentro dos Templos, torna-se da mais rigorosa necessidade, por que alem dos miasmas pestilentos que exalado dentro da povoação, acha-se a Igreja atulhada de corpos, sem haver aonde se lhe dê sepultura (Câmara Municipal apud GERLACH; MACHADO, 2007, p. 33, grifo do autor)

O sepultamento realizado dentro dos recintos da igreja ou ao redor dela era bastante comum na época²⁴, o cemitério era integrado com a sociedade devido a sua proximidade com as igrejas que são consideradas espaços sagrados. Esta forma de enterramento foi se alterando a partir de 1808 quando a família real introduziu os enterros fora das igrejas e com a corte imperial que na metade do século XIX proibiu os sepultamentos em espaços fechados e “[...] determinou em 5 de setembro de 1850 através do decreto nº 583, a construção de novos cemitérios a céu aberto. Porém mesmo após o decreto da corte imperial, igrejas no Brasil, preservam seus túmulos dentro dos templos [...]” (DUARTE, 2016, p. 38). Neste mesmo século “a afirmação de uma nova ordem econômica e social ditada pelos signos e práticas da classe burguesa, ideias iluministas e o medo de contaminação dos vivos pelos mortos” (CASTRO, 2017, p. 17), essa ascensão da classe burguesa e sua busca pela individualização e pela representação que não havia mais dentro da igreja contribuiu para a criação de cemitérios fora das igrejas.

Outro ponto a ser destacado dessa nova forma de cemitérios ocorre pelo fato de que “os cemitérios surgiram como forma de manutenção da memória do morto e, aliado à necessidade de ações de prevenção contra doenças contagiosas, melhoria das condições de

²⁴ Segundo “um costume antigo, e comum em quase todos os lugares, sepultava-se no recinto da igreja e no terreno contíguo a esta, sendo que esta era reservada aos escravos e outras pessoas consideradas menos importantes” (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 33).

higiene e devido ao aumento das populações nos centros urbanos” (DUARTE; GEVEHR, 2017, p. 141). Ao falar em memória, é necessário levar em consideração que nos enterramentos dentro ou ao redor das igrejas “o local exato não interessava, mas sim o espaço sagrado da capela ou igreja, ocorrendo a perda da identidade individual do sepultado.” (BASTIANELLO, 2010, p. 27), enquanto no caso dos cemitérios ocorre uma preocupação com a identidade, com a memória da pessoa que se encontra sepultada, em muitos casos, há os elementos: nome, data de nascimento e data de sepultamento.

Em relação às questões de higiene, elas estão atreladas aos padrões de embelezamento das cidades no Brasil, reflexos de tendências europeias, assim como às questões de saneamento dos espaços cemiteriais e a necessidade de afastar dos centros urbanos os odores dos mortos, sendo a problemática do mau cheiro mencionado no relatório da Câmara Municipal, além da superlotação. Com este relatório, as devidas providências ocorreram, pois em janeiro de 1853 “[...] a Câmara nomeou uma comissão para tratar da localização e adquirir por compra o terreno. Foi escolhido um, localizado em uma colina, a meia caminho da Praia Comprida, que pertencia aos herdeiros de Manoel Pereira dos Santos, avaliado em 300\$000 réis, e comprado em seguida” (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 33). No final do mesmo ano, o terreno adquirido para ser o cemitério público de São José foi benzido e já estava pronto para receber sepultamentos, possuindo no ano seguinte o seu primeiro administrador nomeado pela Câmara.

Ainda segundo Gerlach e Machado “em 1º de janeiro de 1854 foi criado o Cemitério Público, próximo ao *Mato da Coruja*” (Ibid, p. 168, grifo do autor). Cinco anos depois da criação do cemitério, a Câmara Municipal realiza a contratação de um responsável para a demolição de casas consideradas velhas no Largo, onde se percebeu por meio de “escavações [...] a existência de antigos alicerces de pedra. Assim como em volta da Igreja, ossos humanos pertencentes ao cemitério que existiu até 31 de dezembro de 1853” (Ibid, p. 168).

A seguir apresento publicações de dois jornais da época. O primeiro se chama *Despertador* que em 28 de abril de 1876 comunica solicitações feitas pela Câmara Municipal à Província “*Demonstrado a inconveniencia dos cemiterios no centro das cidades, pede para que se compre um terreno em lugar apropriado, afim de se fazerem ahi os enterramentos sem prejuizo da hygiene publica*”. (*Despertador* apud GERLACH; MACHADO, 2007, p. 83, grifo do autor). O segundo conhecido como *Regeneração pública* em 19 de março de 1882 o seguinte texto: “*nao ha camara municipal como esta, os caminhos*

intransitáveis, o cemitério crivado de matto que sobe acima dos joelhos das pessoas que lá entrão!!! Tudo isto é zelo da illustrissima camara!!! [...]”. (Regeneração apud GERLACH, MACHADO, 2007, p. 88, grifo do autor).

Neste texto há o questionamento sobre a política de saúde da cidade, além de tratar da falta de manutenção e cuidados com o cemitério, enquanto o Despertador trata das questões a respeito da higiene e localização dos cemitérios nos centros urbanos de São José, fatos que já haviam sido levantados em 1852 conforme relatório da Câmara Municipal. Por meio destes levantamentos acerca das formas de sepultamentos da cidade fica evidente a maneira como a própria região e comunidade lidaram ao longo dos tempos com a morte, passando da aproximação dos enterros para o afastamento do morrer, sendo com base nesta tendência do distanciamento que apresento a seguir o histórico de sepultamentos o cemitério Nossa Senhora das Dores e dos demais cemitérios públicos administrados pela SUSP.

Devido à falta de tempo hábil e de informações acessíveis para a realização de uma pesquisa aprofundada, não será possível apresentar um histórico do cemitério Nossa Senhora das Dores, por este motivo optou-se por realizar um panorama geral de São José e seus cemitérios, como demonstrado no tópico acima (“4.1.2 São José e às suas relações com os cemitérios”). A respeito dos cemitérios da região, abaixo apresento o número de óbitos de janeiro de 2013 até maio de 2019 de cada um, conseguidos por meio dos levantamentos realizados pela SUSP.

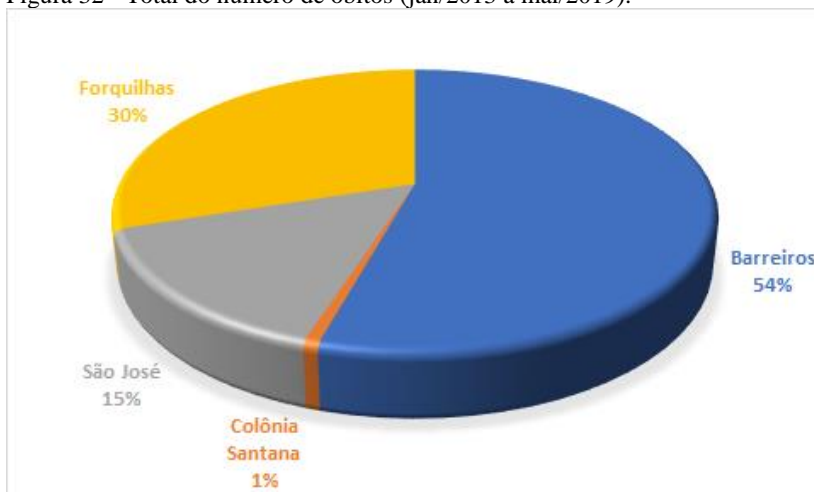
Tabela 1 - Nº de óbitos por cemitério municipal por ano (jan/2013 até mai/2019).

Cemitério	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	Total (%)
Barreiros	444	363	338	325	337	358	133	2298	54,32%
Colônia Santana	7	12	10	0	0	0	0	29	0,68%
São José	98	91	102	103	121	76	40	631	14,91%
Forquilhas	76	182	242	238	229	224	81	1272	30,07%
TOTAL	625	648	692	666	687	658	254	4230	99,98%

Fonte: SUSP (2019).

Da tabela extrai-se que o cemitério de Barreiros (Nossa Senhora das Dores) ao longo dos anos recebeu um maior número de sepultamentos que os demais cemitérios ali representados, o que demonstra a sua procura e demanda para este tipo de atividade. De 2013 a 2016 o cemitério apresentou um decréscimo bastante significativo no número de óbitos, e de 2017 a 2018 teve um crescimento baixo. Ao longo dos últimos seis anos o cemitério de Barreiros teve 2.298 enterros, enquanto o de Forquilhas (segundo que mais recebeu enterros) teve 1.272, ou seja, cerca de mil a menos. No cemitério de São José (terceiro) houve o número de 631 e do Colônia Santana (quarto) teve somente 29, pois a partir de 2016 não registrou mais nenhum sepultamento. Abaixo estão expressos estes totais na forma gráfico conforme informações da tabela 4, onde se observa que Barreiros compõe 54% e Forquilhas 30%.

Figura 32 - Total do número de óbitos (jan/2013 a mai/2019).



Fonte: Compilados por Daniele Rauber, dados retirados da tabela 5 (2019).

4.2 REFLEXO DO ESPAÇO E SUAS LEGISLAÇÕES

Às principais legislações federais que dispõem sobre os espaços cemiteriais são as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): Resolução nº 335, de 03 de abril de 2003; Resolução nº 368, de 28 de março de 2006; e Resolução nº 402, de 17 de novembro de 2008. Temos no âmbito estadual as leis: Decreto nº 30.570, de 14 de

outubro de 1986; Portaria nº 639, de 19 de agosto de 2016; e Resolução Consema nº 119, de 01 de dezembro de 2017. No que tange ao município de São José temos: Lei Orgânica nº 1, de 04 de abril de 1990; e Lei Ordinária nº 2378, de 20 de abril de 1992. Abaixo será apresentado uma breve simplificação de cada normativa - começando pelas federais, depois estaduais e por fim pelas municipais -, assim como o destacamento de alguns artigos, parágrafos, incisos e/ou alíneas tidos como importantes.

Resoluções da CONAMA: são leis que dispõem sobre o licenciamento ambiental dos cemitérios, atestar a viabilidade ambiental destes espaços.

A Resolução nº 335, de 03 de abril de 2003 apresenta definições de cemitérios e tipos de sepulturas, como: cemitério horizontal; cemitério parque ou jardim; jazigo; carneiro ou gaveta; cripta, entre outros. No artigo 3º apresenta os documentos necessários para a licença prévia do licenciamento ambiental. O artigo 4º trata da fase de licença de instalação do licenciamento ambiental, onde deverão ser apresentados, entre outros, os seguintes documentos:

I – projeto de empreendimento que deverá conter plantas, memoriais e documentos assinados por profissional habilitado; e

II – projeto executivo contemplando as medidas de mitigação e de controle ambiental (RESOLUÇÃO nº 335, 2003, p. 742).

No artigo 5º apresenta algumas exigências para os cemitérios horizontais, como: as medidas do nível inferior das sepulturas; as medidas da área de sepultamento; estudos de fauna e flora para empreendimentos acima de 100 (cem) hectares; entre outros. Assim como as exigências para os cemitérios verticais (art. 6).

Também dispõem sobre a ação em caso de encerramento das atividades, onde:

Art.12. No caso de encerramento das atividades, o empreendedor deve, previamente, requerer licença, juntando Plano de Encerramento da Atividade, nele incluindo medidas de recuperação da área atingida e indenização de possíveis vítimas. Parágrafo único. Em caso de desativação da atividade, a área deverá ser utilizada, prioritariamente, para parque público ou para empreendimentos de utilidade pública ou interesse social (Ibid, p. 743).

A segunda resolução destacada, é a nº 368, de 28 de março de 2006 que apresenta cerca a revisão de partes dos artigos 3º e 5º da Resolução nº 335, de 03 de abril de 2003. Destaco a redação do seguinte artigo:

Art. 3º

§ 1º É proibida a instalação de cemitérios em Áreas de Preservação Permanente ou em outras que exijam desmatamento de Mata Atlântica primária ou secundária, em estágio médio ou avançado de regeneração, em terrenos predominantemente cársticos, que apresentam cavernas, sumidouros ou rios subterrâneos, bem como naquelas que tenham seu uso restrito pela legislação vigente, ressalvadas as exceções legais previstas (RESOLUÇÃO nº 368, 2006, p. 852)

Por fim, a Resolução nº 402, de 17 de novembro de 2008, altera a redação dos artigos 11 e 12 da Resolução nº 355 de 2003, onde passa a vigorar os seguintes textos:

Art. 11. Os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente deverão estabelecer até dezembro de 2010 critérios para adequação dos cemitérios existentes em abril de 2003.

Art. 12. O Plano de Encerramento das atividades deverá constar do processo de licenciamento ambiental, nele incluindo medidas de recuperação da área atingida e indenização de possíveis vítimas (RESOLUÇÃO nº 402, 2008, p. 01).

Decreto nº 30.570, de 14 de outubro de 1986: traz expressões e termos que dizem respeito aos cemitérios e outros relacionados com a morte e seu sepultamento, os aspectos sobre a construção, instalação e funcionamento dos locais como necrotérios, cemitérios, crematórios, capelas velórios, entre outros pontos.

Art. 1º - Para efeitos do presente Regulamento, os termos e expressões a seguir são assim definidos:
[...]

VII - CEMITÉRIO - local onde se guardam cadáveres, restos de corpos humanos e partes amputadas cirurgicamente ou por acidente.

VII - CEMITÉRIO VERTICAL - aquele em que os cadáveres são depositados em nichos sobrepostos, acima do nível do terreno.

[...]

XVI - CRIPTA - galeria subterrânea de igreja, monumento ou cemitério onde se guardam cadáveres e restos de corpos humanos.

[...]

XIX - JAZIGO - monumento ou capela sobre sepulturas.

[...]

XXIV - SEPULTURA - local onde se enterram os cadáveres ou restos de corpos humanos (campa, catacumba, sepulcro, tumba, túmulo) (DECRETO Nº 30.570, 1986, p. 2-4).

É perceptível no decreto a preocupação em relação a higiene, o saneamento, a localização dos cemitérios, entre outros pontos, no que tange a construção e o funcionamento destes espaços, como apresentado nos Artigos:

Art. 3º - Toda pessoa proprietária de/ou responsável por cemitério, só pode fazê-lo funcionar após obter aprovação da autoridade de saúde, cumprindo as normas deste Regulamento referentes ao projeto de construção, instalação, localização, topografia e natureza do solo, condições gerais de higiene e saneamento, vias de acesso e urbanismo.

Art. 4º - A pessoa, para construir cemitério, no que se refere à localização, projeto de construção, condições de higiene e saneamento, deve obedecer aos seguintes requisitos:

I - os cemitérios devem ser construídos em áreas elevadas, na contra vertente das águas que possam alimentar poços e outras fontes de abastecimento;

II - em caráter excepcional, podem ser tolerados, a juízo da autoridade de saúde, cemitérios em regiões planas;

III - os cemitérios devem ser isolados, em todo o seu perímetro, de logradouros públicos ou de outras áreas abertas, distanciando dos mesmos de 15 m no mínimo, em zonas abastecidas por água, e de 30 m, no mínimo, em zonas não-providas de rede pública de abastecimento d'água;

IV - o nível dos cemitérios deve, em relação aos cursos de água vizinhos ser suficientemente

elevado de modo que as águas das enchentes não atinjam o fundo das sepulturas;

V - o nível do lençol freático, nos cemitérios, deve ficar a 2 m no mínimo, de profundidade, sendo que na dependência das condições das sepulturas, deve ser feito o rebaixamento suficiente desse nível.

Art. 5º - Os projetos de construção de cemitérios devem ser acompanhados de estudos especializados, comprovando a adequabilidade do solo e o nível do lençol freático (Ibid, p. 5-6).

Ainda a respeito da construção de cemitérios, o artigo 6º e seus incisos estabelecem as estruturas que os espaços cemiteriais devem possuir: local de administração e de recepção, depósitos de materiais e de ferramentas, capela mortuária, instalações sanitárias para o público, vestiários e instalações sanitárias para os empregados. O artigo 7º define que no mínimo 20% da área total deve ser destinada a arborização ou ajardinamento. Já os artigos 9º e 10º estabelecem os parâmetros das sepulturas e dos cemitérios verticais, onde:

Art. 9º - As sepulturas devem ter 1,70 m de profundidade, 0,80 m de largura e 2m de comprimento quando para adultos e 1,50m quando para crianças, distando 0,70 m uma das outras, no mínimo, em todas as direções;

Art. 10º - Os vãos dos nichos, nos cemitérios verticais, devem ter 2,10 m de comprimento, 1m de largura e 0,60 m de altura, no mínimo (Ibid, p. 8-9).

Por fim, o artigo 41º trata da exumação, ou seja, o ato do desenterramento, quando são retirados os restos mortais humanos de uma determinada sepultura, segundo ele “a pessoa responsável por exumação de cadáveres deve respeitar o prazo de quatro anos, contados da data do óbito, para fazê-lo, prazo este que será reduzido para dois anos no caso de criança até a idade de seis anos” (Ibid, p. 25). Conforme parágrafo 2ª do mesmo artigo pode haver exumação antes do prazo estabelecido em casos de instrução de processo judicial, de construção, reforma ou reconstrução de túmulos ou nos casos de interesse público a juízo da autoridade competente.

Portaria nº 639, de 19 de agosto de 2016: aprova os procedimentos técnicos e operacionais com o intuito de regulamentar as atividades relacionadas aos serviços de cemitério, necrotério, exumação,

entre outros, no que diz respeito à saúde do trabalhador, documentação do espaço, produtos químicos, edificação, resíduos e condições da disposição no meio ambiente. Determina as medidas efetivas para a prevenção, o controle e a vigilância dos riscos que envolvem a saúde tanto dos trabalhadores como da população, e os roteiros de inspeções sanitárias dos estabelecimentos que prestam serviços voltados às atividades funerárias e similares.

Apresenta no artigo 8º uma série de conceitos, dos quais destaca-se:

[...]

V - Capela Mortuária: local para exposição do cadáver antes do sepultamento.

VI - Carneiro ou gaveta: unidade de cada um dos compartimentos para sepultamentos existentes em uma construção tumular.

[...]

VIII - Cemitério horizontal: local destinado ao sepultamento de cadáveres humanos, localizado em área descoberta compreendendo os tradicionais e o do tipo parque ou jardim.

[...]

XXI - Inumação: ato de sepultar, sepultamento, enterramento.

[...]

XXIV - Lóculo: compartimento destinado à sepultura em cemitérios verticais.

[...]

XXVIII - Ossuário ou ossário: local para acomodação dos ossos, contidos ou não em urna ossuária (PORTARIA Nº 639, 2016, p. 2).

Trata em seu artigo 22 da estrutura que os cemitérios devem possuir - mesma configuração estabelecida no artigo 6º do Decreto nº 30.570, de 14 de outubro de 1986 - porém com um acréscimo, o inciso V, onde os cemitérios devem conter “o Livro de Registro de Inumações ou sistema informatizado com Termo de Abertura e numeração sequencial com as informações contidas no Anexo II” (Ibid, p. 7).

Os artigos 26 e 27 voltam-se a preocupações sanitárias, conforme pode ser observado a seguir: “Art. 26 [...] os recipientes sujeitos ao acúmulo de água, devem ser mantidas em condições sanitárias adequadas, para evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*” (Ibid, p. 7); e Art. 27 que aborda questão relativa a vedação das sepulturas nos cemitérios horizontais, de modo que a construção e o revestimento

destas sepulturas dificultem a entrada de água proveniente das chuvas ou das lavagens externas destes locais, assim como o acesso de animais sinantrópicos. O artigo 34 destaca a segurança dos trabalhadores ao delimitar o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's).

Os dois últimos artigos destacados da portaria nº 639 de 19/08/2016 dizem respeito a inumação (art. 39) e exumação (art. 43). O primeiro artigo estabelece parâmetros para o caixão: que deve manter-se íntegro durante o velório, com fundo provido de material biodegradável que assegure a não disseminação de líquidos oriundos da pessoa enterrada, ser do formato adequado para abranger a pessoa falecida ou partes. Abordando em seu parágrafo único que o caixão pode ser confeccionado com outros materiais que não causem risco ambiental. Por fim, o artigo 43 define as seguintes questões referente a exumação:

Art. 43 - O prazo mínimo para a exumação de corpos é de 4 (quatro) anos, contados da data do óbito, e 2 (dois) anos no caso de criança até a idade de seis anos, inclusive.

I - Se o cadáver estiver íntegro deve-se inumar novamente.

II - Não está sujeita aos prazos fixados no Art. 43 a Exumação de caixão funerário inteiro para simples deslocamento dentro do mesmo cemitério, e nos casos de construção, reconstrução ou reforma de túmulos. Nestes casos deve-se aguardar um prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, independentemente de o óbito ter sido ou não causado por doenças infectocontagiosas.

III - Fora dos prazos estabelecidos, a Exumação de corpos deverá ser autorizada previamente pela autoridade judicial, devendo estar presente ao ato a autoridade judicial e a autoridade de saúde.

IV - As Exumações podem ser feitas sob a responsabilidade dos órgãos ou entidades responsáveis pelo cemitério, independentemente de comunicação à autoridade sanitária estadual, desde que observados os prazos estabelecidos no caput (Ibid, p. 8-9).

Resolução Consema nº 119, de 01 de dezembro de 2017: define os critérios para a regularização e o licenciamento ambiental dos cemitérios, apresenta no art. 2º algumas definições, tais como: tipos de cemitérios (horizontal, parque ou jardim, vertical e de animais), de

sepulturas (jazigo, carneiro ou gaveta, cripta), de urnas (caixão²⁵, cinerárias, ossuária). A fim da regularização e do licenciamento ambiental o artigo 3º apresenta cinco incisos que definem as categorias pela qual cada cemitério será enquadrado. Destas, recorto o inciso “III - cemitérios implantados até abril de 2003 e com atividade de sepultamento em operação” (RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 119, 2017, p. 3), pois esta é a categoria a qual o cemitério Nossa Senhora das Dores se encontra delimitado.

Para a regularização dos cemitérios que se enquadram no inciso III acima, é necessário passar por uma etapa de licenciamento que acontece em fase única, onde é fundamental apresentar conforme o artigo 6º, os seguintes documentos: comprovação da titularidade da área ou Termo de Intitulação da administração; projeto arquitetônico (e cadastral); plano de recuperação de áreas contaminadas; plano de monitoramento; o número e a localização dos pontos de amostragem, sua frequência e os parâmetros mínimos de análise.

Por fim, destaco o art. 9º que aponta as condições que os cemitérios implantados após abril de 2003 e com atividade de sepultamento devem atender antes de serem regularizados com a apresentação dos documentos exigidos no art. 6º. As condições são:

- I - Cemitérios localizados em municípios com população inferior a trinta mil habitantes;
- II - Cemitérios localizados em municípios isolados, não integrantes de área conturbada ou região metropolitana;
- III - Cemitérios com capacidade máxima de quinhentos jazigos (Ibid, p. 5).

Lei Orgânica nº 1, de 04 de abril de 1990: é bastante ampla e com uma série de títulos, capítulos e seções relativas ao município de São José, como: da organização municipal (dos bens, da divisão administrativa); da competência (da privada, da comum, da suplementar); da organização dos poderes (da câmara municipal, dos vereadores, do poder legislativo), das cooperativas, entre outros. Os cemitérios são citados em dois momentos nesta lei: primeiro no Título I da Organização Municipal, do Capítulo II da Competência do Município, da Seção I da Competência Privada, no “art. 21 - ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse, cabendo-lhe privativamente, dentre outras, as seguintes

²⁵ Também apresenta os sinônimos ataúde e esquife.

atribuições: [...] XVIII - dispor sobre a prestação de serviços, conceder licença e fixar as tarifas e preços a funerárias e cemitérios” (LEI ORGÂNICA Nº 1, 1990, p. 7-8);

E segundo no Título VI das Disposições Gerais:

Art. 149 Os cemitérios do Município terão caráter secular e serão administrados pelo Poder Público Municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticarem neles, em locais apropriados, suas exéquias.

Parágrafo Único - As associações religiosas e particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados pelo Poder Público Municipal (Ibid, p. 52).

Lei Ordinária nº 2378, de 20 de abril de 1992: regulamenta o funcionamento dos cemitérios e a concessão do uso das sepulturas e carneiras. Estabelece o caráter secular desses espaços, a fiscalização e administração deles por parte do poder público municipal, salvo às associações religiosas e particulares que poderão manter cemitérios privados, fiscalizados pelo município. Concede no artigo 4º a utilização das carneiras e sepulturas nos cemitérios mantidos pelo poder público de forma temporária ou perpétua, enquanto no artigo 5º define que o “concessionário da sepultura ou carneira não poderá dispor de sua concessão, seja qual for seu título, ressalvados os casos decorrentes do direito de sucessão legítima até o terceiro grau” (LEI ORDINÁRIA Nº 2378, 1992, p. 1). Em caso de falecimento deste concessionário, sem deixar herdeiros, a sepultura ou carneira que era perpétua retorna a utilização do município.

No artigo 7º determina três tipos de registros (de sepultamento, de sepultura e de nichos) que os cemitérios públicos devem manter e os campos que eles devem conter. No capítulo II aborda os assuntos referentes às inumações, sendo inicialmente destacado os seguintes artigos:

Art. 9º A utilização temporária das sepulturas será concedida, mediante pagamento de taxa, pelo prazo de cinco (05) anos, quando destinadas a pessoas maiores de sete (07) anos, e pelo prazo de três (03) anos, quando disserem respeito a crianças de até essa idade.

Arti. 10º A utilização perpétua de sepultura será concedida decorridos cinco (05) anos do sepultamento e mediante requerimento do

interessado, com pagamento da taxa respectiva.
[...]

§ 1º Durante o referido período de tempo fica o concessionário obrigado a construir lápide ou mausoléu sobre a sepultura.

§ 2º É facultado ao concessionário requerer, antes do prazo de cinco (05) anos a perpetuidade da sepultura, desde que cumpridas as demais exigências deste artigo (Ibid, p. 2).

No artigo 10º é exigido que os concessionários ao menos construam uma lápide ou mausoléu sobre a sepultura, assim como o artigo 18, obriga aos mesmos ou aos representantes dos locais “[...] a fazer os serviços de limpeza, obras de conservação e reparação no que tiverem construído e que forem necessárias para estética, segurança e higiene dos cemitérios” (Ibid, p. 4). A falta destes cumprimentos, pode resultar nas seguintes ações dispostas nos parágrafos 1º e 2º deste artigo:

§ 1º Serão considerados em ruínas e abandonadas, por ato do Secretário de Administração, as sepulturas nas quais forem feitas as obras de reparação exigidas pelo Administrador do Cemitério, mediante convocação do concessionário ou seu representante, feita em edital publicado no órgão oficial.

§ 2º Decorridos trinta dias da publicação do edital serão abertas as sepulturas e incinerados os restos mortais nelas existentes (Ibid, p. 4).

Por último destaca-se o artigo 20 que prevê a concessão de uso perpétuo e gratuito de carneiro como forma de homenagem pública excepcional, a cidadãos cuja vida pública deve ser rememorada pela população, devido aos relevantes serviços prestados à União, ao Estado ou ao Município, cabendo ao último o encargo de zelar e conservar estes locais. Essas são as legislações que regem o espaço do cemitério de Nossa Senhora das Dores e as tomadas de decisões da SUSP de São José.

Na entrevista (apêndice A) com o funcionário Leonides Fernando de Melo, supervisor dos cemitérios, extraiu-se às seguintes informações: o cemitério foi criado por volta de 1900-1938; atualmente se encontra lotado, não havendo mais espaço para sepultamentos horizontais, somente verticais; há um processo ocorrendo para a aquisição de parte

do terreno que fica ao lado do cemitério, pertencente a empresa Reunidas, para a ampliação do espaço; ainda não foi pautada uma decisão a respeito de quais tipos de sepultamentos serão realizados neste novo espaço, porém provavelmente será optado pelos verticais; no que diz respeito a desapropriação de sepulturas, a SUSP faz o uso da lei ordinária nº 2.378 de 1992; não há uma lei específica que rege os conteúdos dos túmulos verticais, mas o cemitério orienta que devem conter aspectos simples, como a identificação da pessoa sepultada, a soleira, o recipiente para flores; o cemitério não corre risco de desativação, principalmente no que condiz a especulação imobiliária; e a SUSP não realiza nenhuma ação, projeto cultural, educativo, com e/ou em conjunto com a comunidade.

No que tange a desapropriação e exumação dos túmulos, a administração faz o uso do artigo 18, parágrafos 1 e 2 da lei ordinária nº 2.378 de 1992 e realiza os atos quando se completa o prazo de cinco anos após o sepultamento (apesar de algumas leis definirem o período de quatro anos, como apresentado acima). Sendo levado em conta no caso de desapropriação e posse do terreno, os critérios de abandono e de estado de ruínas do espaço devido à falta de manutenção. O concessionário ou representante da sepultura é convocado por meio de edital publicado no órgão oficial para que as devidas providências sejam tomadas, decorrido os trinta dias da publicação e não havendo manifestação, acontece a desapropriação do túmulo e a incineração dos restos mortais.

Estas ações, por mais que sejam uma forma de proporcionar o surgimento de novos espaços para sepultamentos horizontais em meio a superlotação, resulta no apagamento do espaço de memória e nos suportes de memória do(s) indivíduo(s) que ali se encontram enterrados - nos casos que ainda se é possível identificar a quem a sepultura pertence. Assim como a reivindicação, posterior ao ato de desapropriação, por parte dos familiares e/ou concessionários e/ou representantes demonstra a preocupação em manter o lugar como seu, onde se encontra o ente sepultado, que pode trazer as lembranças dele e que o representa.

Há algumas problemáticas em torno da situação de abandono como, por exemplo: falta de condições financeiras para manter as manutenções necessárias; não ter o conhecimento do local exato que o ente está enterrado pois esta informação se perdeu; os familiares não moram mais na mesma região que o cemitério, o que favorece o afastamento; a perda do ente lhes causam sofrimento e lembrar-se dele e visitar o seu túmulo se torna algo mais doloroso; a falta de

conhecimento das legislações e das decisões públicas no que rege ao processo de desapropriação e ao funcionamento e normas do espaço cemiterial; a falta de acompanhamento do órgão oficial que publica as chamadas aos concessionários ou representantes.

Declarar o abandono de um túmulo se torna uma situação muito sensível, pois em alguns casos, se não em muitos, não se sabe os reais motivos que resultaram neste estado, o que levou ao esquecimento, ao abandono do ponto de memória, memória esta que pode estar carregada de dor, de tristeza. Assim, às ações de desapropriação da SUSP evidenciam uma disputa pelo espaço, em contrapartida às reivindicações dos concessionários ou representantes demonstram a disputa pela memória, pois por mais que se veja como um desejo de enterrar o ente ou de manter o local onde está sepultado, conscientemente ou inconscientemente se tem uma vontade de memória, de tornar o túmulo uma ponte entre os vivos e os mortos, contendo nele os elementos, os conteúdos, que possibilitem aos vivos se lembrarem dos seus mortos.

É evidente que o trabalho realizado pela SUSP está pautado em leis que regem os espaços cemiteriais, cabendo a secretaria cumpri-las, assim como a desapropriação dos túmulos proporciona o estabelecimento de outro em virtude do apagamento do anterior. A demanda de sepultamentos em conjunto com os dados populacionais apresentados no tópico “4.1 História de São José, seu crescimento demográfico e seus cemitérios” e a falta de espaço para sepultamentos horizontais, demonstram como o cemitério Nossa Senhora das Dores foi impactado por estes acontecimentos e como a administração está agindo para amenizá-los, seja por meio da aquisição de uma parte do terreno ao lado para ampliação e possivelmente enterramentos verticais, seja por meio da desapropriação.

Por fim, a verticalização proporciona o maior número de sepultamentos por metro e também é um lugar de memória, porém a quantidade de elementos que podem constituir-lo é menor do que os horizontais, pois o local que é destinado aos conteúdos memoriais possuiu às dimensões de 100x60cm, enquanto nos horizontais é de 200x80cm (conforme artigos 9 e 10 do decreto nº 30.570 de 1986), sendo também a verticalização um reflexo das comunidades atuais.

4.3 NOVOS OLHARES E QUEBRA DE PARADIGMAS

Busca neste tópico apontar algumas propostas de enfrentamento para a desestigmatização do cemitério enquanto lugar voltado somente ao sepultamento, um espaço de assombro, de luto, de morte, e assim

contribuir para a preservação deste local como patrimônio cultural funerário.

Ao longo dos tempos, cada civilização de acordo com seus ritos, suas culturas, buscou por soluções, por caminhos para lidar com a morte e com seus mortos. No Brasil, até a segunda metade do século XIX o lugar destinado aos mortos ficavam dentro das igrejas e no seu entorno, por ser um local sagrado, desta forma os mortos ficavam próximos aos vivos devido às igreja estarem inseridas nas cidades, localizando-se normalmente em meio a elas, assim “partilhavam-se os principais eventos do cotidiano, inclusive os ritos mortuários como os cortejos, os sepultamentos” (CASTRO, 2017, p. 17), e os velórios realizados dentro das residências.

É no mesmo século que esta prática começa a se alterar por meio das preocupações e questões em relação ao mau cheiro, a transmissão e disseminação de doenças oriundas da decomposição dos corpos, além das novas práticas da classe burguesa e das ações da corte imperial. Debates estes que começam a ocorrer na cidade de São José por volta de 1852, como já abordado. O resultado das preocupações com a higiene dos sepultamentos dentro das igrejas, geraram o afastamento destes locais para fora das cidades, surgem assim os cemitérios extramuros²⁶, assim como esta tendência dos cemitérios contribuiu para os distanciamentos dos vivos com o cotidiano e com os ritos destinados aos mortos.

A morte normalmente assolou o imaginário dos seres humanos, “a morte foi um mistério para nós. A consciência e a recusa da finitude causam o sentimento profundo de impotência. Esse fim não é transferível, é individual, e às pessoas tem em si o desejo de sentir-se imortal” (BRAMBILLA, 2014, p. 210-211). Mesmo sabendo que não há como escapar da morte, criamos o que a historiadora Alves chama de “‘subterfúgios’ e a morte veio a se integrar à vida humana, produzindo filosofias, teologias, arte, práticas e sensibilidades que permanecem e/ou se transformam” (ALVES, 2014, p. 42).

Uma dessas produções, como mencionado, é a percepção da morte não enquanto o fim de uma pessoa, pois as pessoas “se sentem atemorizadas pelo fato de que a morte é certa, definitiva e repleta de

²⁶ “[...] o cemitério extramuros surgiu em muitas cidades, inclusive brasileiras, em sítios distanciados dos centros urbanos, administrados pelo poder público e fora das paredes das igrejas, em um formato próximo aos cemitérios encontrados atualmente e conhecidos como secularizados ou públicos” (CASTRO, 2017, p. 17).

mistérios, estando a morte (assunto que a maioria das pessoas preferem nem mesmo pensar) inevitavelmente interligada ao espaço cemiterial” (BRAMBILLA, 2017, p. 218). Se destaca neste parágrafo um ponto importante: a não aceitação da morte e do que ela pode gerar, também

[...] evidenciada pelo simples aspecto de os mortos terem seu espaço fechado e delimitado, materializado nos túmulos, jazigos e ou mausoléus. Busca-se uma ligação entre o espírito e o físico, isto se retrata quando as pessoas dizem quando vão ao cemitério para ‘visitar...’ (JORGE, PÉREZ, SPRINGER, 2005, p. 10).

Ao falar-se em visitar o ente que agora se encontra no espaço cemiterial, nega-se o fato da sua morte, apesar de estar de certa forma vivo, por meio das sepulturas e das memórias. Ainda assim, o ato de negar a morte é um sentimento forte e que demonstra mais um ponto, a:

[...] característica das sociedades marcadas pelo individualismo. A morte e o luto são assuntos privados, tolerados na intimidade, afetando-se os ritos fúnebres, tornando-os cada vez mais discretos e os funerais mais econômicos. Eis o processo civilizador que impõe o autocontrole, a “economia das paixões”. Também nos cemitérios típicos dos tempos atuais, caracterizados por jardins arborizados, pouco espaço para as representações artísticas em torno da morte. Não se vê mais jazigos e túmulos ornados com imaginárias e esculturas típicas de uma época em que a morte era vista como “o outro lado da vida” (ALVES, 2014, p. 142).

Fala-se aqui no tabu da morte, do medo do que possa vir depois - se vem algo depois - deste fim da trajetória, onde a sepultura também acaba servindo como meio de preservar os indivíduos da visão do corpo sem vida e do seu processo de decomposição, portanto

Na sociedade contemporânea, vê-se a morte como algo a ser evitado [como se o ato de morrer fosse fora do comum durante o processo], uma vez que as pessoas com sentimentos de dor, tristeza, desolação, angústia e perda, temem e, distanciam-se do lugar do repouso eterno [a necrópole] (DUARTE, GEVEHR, 2017, p. 141).

Necrópoles (cemitérios) estas que são vistas por muitos como lugares destinados somente aos sepultamentos dos mortos, repletos de credices populares, de superstições, espaços vistos como mórbidos, que devido a estas características atribuídas acabam sendo banidos dos olhares da comunidade.

São estas formas de culturas, de religiosidade, de imaginários, que rodeiam a morte e os cemitérios, e que contribuem para o afastamento dos vivos com os mortos e com os espaços cemiteriais, que neste caso, acabam servindo unicamente para a função de sepultar o corpo sem vida. Favorecendo o apagamento de características e de funções que eles desempenham perante a comunidade, diminuindo a sua preservação e salvaguarda, e do olhar de seu potencial enquanto patrimônio cultural, de lugar não somente de morte, mas também de vida, de história, de memória, de educação, de arte.

Apresentam valores patrimoniais referentes aos bens materiais no que diz respeito ao caráter ambiental/urbano, artístico e histórico. Além destes, há os valores relacionados aos bens imateriais, simbolismos e crenças que tanto reverenciam e sacralizam os cemitérios ou, ao contrário, produzem uma visão preconceituosa dos cemitérios como um lugar mórbido e aterrorizante (ALVES, 2014, p. 25).

O olhar preconceituoso, a própria imagem do cemitério ligado ao momento do fim da vida, ofusca que o mesmo receba o seu devido valor e seja compreendido como um lugar destinado também a vida, espaço de saúde, de memória, de história, conector das pessoas e de suas trajetórias, ligando o passado ao presente e ao futuro, onde as tendências, a cultura, a memória, de uma comunidade estão expressas e representadas. Cemitérios que assim como o de Nossa Senhora das Dores, necessitam ser preservados, pois “ao se preservar um cemitério, a este são incorporados os valores que não se ligam somente à sua função de guardar os corpos sem vida. Creditam-se a ele valores religiosos, sociais, arquitetônicos, históricos, artísticos e ambientais [...]” (CASTRO, 2017, p. 15).

A mudança do olhar em relação ao cemitério Nossa Senhora das Dores é possível a medida que a comunidade começa a fazer parte do mesmo com o uso dele não somente para enterramentos, mas também para o convívio social e passe a identificar nele a característica de representação e afirmação de suas histórias, memórias, crenças,

saudades, culturas, práticas, estão contidas neste cemitério. É necessário, portanto, que a comunidade se integre e se aproprie deste espaço cemiterial, reconhecendo nele a importância da sua preservação e salvaguarda. Para tal, será apresentado abaixo algumas possibilidades para a preservação e participação da comunidade no seu patrimônio funerário.

● **Tombamento:** é o instrumento legal existente no país de preservação, pode ocorrer nas três esferas executivas: federal, estadual ou municipal. Há na esfera federal alguns cemitérios ou monumentos funerários tombados pelo IPHAN e alguns tombados em leis estaduais e municipais, como é o caso da igreja da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos de São José tombada pelo Decreto municipal nº 18.701/2005. A igreja é objeto do tombamento e abrange o entorno, que é composto pelo cemitério.

Importante destacar que

Tanto o tombamento integral do cemitério como o de túmulos individuais interferem pouco nas práticas de restauração e preservação desses bens patrimoniais, pois não existem normas institucionais concretas entre o IPHAN e o IBRAM²⁷ que favoreçam a preservação dos cemitérios no Brasil (BORGES, 2016, p. 03).

O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, abordado anteriormente, legisla a respeito da proteção do patrimônio, e define em seu art. 5º que o tombamento dos bens pertencentes à União, Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do SPHAN (atual IPHAN). Segundo Lemos:

O tombamento é um atributo que se dá ao bem cultural escolhido e separado dos demais para que, nele, fique assegurada a garantia da perpetuação da memória. [...] O bem tombado não pode ser destruído e qualquer intervenção por que necessite passar deve ser analisada e autorizada. O tombamento oficial não pressupõe desapropriação. O bem tombado continua na posse e usufruto total por parte do seu proprietário, o responsável pela sua integridade. O bem tombado pode ser alienado (LEMOS, 2010, p. 85).

²⁷ Instituto Brasileiro de Museus.

Desta forma, tomar não significa congelar, tornar estático, o bem tombado pode sofrer alterações, modificações, como é o caso dos processos de restauração, desde que previamente analisadas e autorizadas pelo órgão responsável. Esta é uma medida utilizada para que não ocorra a descaracterização ou a destruição do patrimônio, contribuindo para a sua salvaguarda.

● **Associações:** são boas formas de ampliar, divulgar, debater, assuntos relacionados ao espaço cemiterial. No âmbito brasileiro possuímos como exemplo a ABEC, fundada em 2004 na Universidade de São Paulo (USP), que realiza a cada dois anos encontros com o intuito de disseminar e estimular as pesquisas voltadas a este local. Já em âmbito internacional há a “*Association of Significant Cemeteries in Europe* (ASCE) - Associação de Cemitérios Históricos Monumentais, em Bolonha (Itália) [...] o seu *site* divulga vários eventos além de apresentar textos e propostas em defesa do patrimônio funerário [...]” (CASTRO, 2017, p. 36, grifo do autor).

A ASCE possui como objetivos a promoção dos cemitérios europeus como parte fundamental do patrimônio da humanidade, sensibilizar os cidadãos da Europa para a importância dos cemitérios. O seu *site* disponibiliza um mapa que indica cerca de 150 cemitérios aprovados pelo comitê da associação, devido aos seus potenciais para a pesquisa cultural, histórica, arquitetônica. Outro exemplo, é o *site European Cemeteries Route* gerido pela ASCE (que foi responsável pelo desenvolvimento das rotas cemiteriais) que apresenta uma sequência de cemitérios para visitas.

Outras associações que merecem destaque, são as associações de amigos, que podem contribuir para a participação ativa da comunidade a qual o cemitério faça parte em prol da sua salvaguarda, os membros da associação atuam como os representantes da comunidade, defendendo os interesses públicos. Também podem contribuir para o fomento de projetos, na manutenção, sustentabilidade do espaço, na captação de recursos financeiros, na participação de tomadas de decisões.

Em 2009, na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro (que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências), em seu artigo 50 é apresentado a associação de amigos dos museus com a seguinte definição:

Art. 50. Serão entendidos como associações de amigos de museus as sociedades civis, sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei civil, que preencham, ao menos, os seguintes requisitos:

I - constar em seu instrumento criador, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades dos museus a que se refiram, especialmente aquelas destinadas aos públicos em geral;

II - não restringir a adesão de novos membros, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

III - ser vedada a remuneração da diretoria.

Parágrafo único. O reconhecimento da associação de amigos dos museus será realizado em ficha cadastral elaborada pelo órgão mantenedor ou entidade competente (LEI N° 11.904, 2009).

É necessário salientar que as associações de amigos, sejam elas voltadas aos museus, aos cemitérios, são importantes para a valorização destes patrimônios, aproximando os espaços as comunidades, proporcionando a participação ativa e colaborativa das comunidades nas ações, tomadas de decisões, entre outros, que envolvem a instituição que estão ligadas, assim como colaborando na disseminação, preservação do patrimônio e apropriação do mesmo por elas.

● **Musealização:** de acordo com os conceitos-chave de Museologia, um conceito utilizado para definir a musealização refere-se a

[...] operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal - isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal (CONCEITOS-CHAVE., 2014, p. 57).

Neste processo, o objeto selecionado é retirado do seu contexto de origem para representar um testemunho, porém esta retirada proporciona a modificação do real. Na atualidade, em conjunto com a nova corrente de pensamento museológica que aborda a relação entre território, comunidade e patrimônio, há um foco para a musealização *in situ* (no local).

A musealização *in situ* é uma estratégia que serve para a preservação, conservação e comunicação do patrimônio cultural que interessa a uma determinada comunidade, sendo importante que a mesma esteja participando do processo. Ela também permite que o objeto ao ser musealizado permaneça em seu contexto de origem,

[...] no circuito funcional ou mesmo econômico em que foi criado ou no qual passou a se encontrar por algum motivo, e ainda assim exercer a função de um objeto-conceito portando um significado essencial para a compreensão da noção de humanidade de uma dada comunidade (OLIVEIRA, 2016, p. 116).

● **Educação patrimonial²⁸**: o espaço cemiterial é um espaço propício para compreender uma determinada cultura, tendências artísticas e arquitetônicas, para conhecer a história e os costumes. A educação patrimonial pode contribuir para aproximar as pessoas do espaço cemiterial, assim como sensibilizá-las a respeito da importância e relevância dele para a comunidade, onde os mediadores assumem o papel de comunicadores, de ponte entre os públicos visitantes e o cemitério. Desta forma conclui-se que:

A educação patrimonial é elemento a ser considerado no processo de salvaguarda das referências culturais, sendo necessário que os educadores assumam esse compromisso e criem possibilidades de trabalhos teóricos e de campo para auxiliar a comunidade no processo de interlocução com a memória, com os lugares de memória, com a história local. É preciso despertar as populações para a percepção e valorização de lugares, de saberes, de celebrações, por meio de apreensões visuais dos bens da comunidade (ALMEIDA, 2015, p. 05 apud PINHEIRO, 2010, p. 154).

²⁸ Utiliza-se aqui o conceito de educação patrimonial adota pelo IPHAN e defendido pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC/IPHAN): “A Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócia histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas” (IPHAN, 2014, p. 19).

É uma importante ferramenta de aproximação da comunidade, de apropriação do espaço, de identidade, além de poder proporcionar a mudança do olhar acerca do seu patrimônio funerário e da função dos cemitérios, um exemplo disto, é o projeto O cemitério como lugar pedagógico que

[...] implantou várias ações que visam a despojar a morte de seu caráter violento e trágico. [...] A proposta visa trazer a comunidade do entorno para dentro do cemitério, convertendo o local em um centro de aprendizagem e vivência para crianças, jovens, adultos e idosos (BORGES, 2016, p. 13).

A educação patrimonial é um instrumento que proporciona a valorização, a visibilidade, a disseminação do patrimônio funerário, tanto o material como o imaterial, despertando nos públicos a relevância deste espaço para a constituição de suas identidades, memórias, histórias. Em conjunto as visitas, pode-se utilizar materiais e ferramentas como panfletos, mapas, sites institucionais, assim como, a inclusão do cemitério nas rotas culturais, fomentando o turismo funerário como se é conhecido.

Essas são algumas maneiras de disseminar a importância deste espaço cimiterial para a comunidade da região. Além das quatro medidas descritas acima, apresento outras que podem contribuir para o desenvolvimento do cemitério como patrimônio cultural, para a sua preservação e disseminação, como: inventários; políticas patrimoniais; turismo funerário; pesquisas e publicações; iniciativas públicas e privadas; organizações; e eventos. O inventário é uma ferramenta interessante para a montagem de roteiros a serem utilizados em visitas guiadas com a comunidade. Por fim, para além desta forma de ver o cemitério enquanto patrimônio cultural, é imprescindível que haja o respeito em relação às crenças, aos costumes, aos ritos, praticados no local, as especificidades do mesmo, e a sua função primária - a de enterramento e de relação com a morte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa contribuiu para realçar a importância do espaço cemiterial de estudo, principalmente no que diz respeito a história, a identidade, a memória, a cultura da comunidade do bairro de Serraria que se encontra representada em cada lápide, em cada túmulo, em cada extensão territorial do cemitério Nossa Senhora das Dores. Com isto, conclui-se que este lugar possui o potencial para se transformar em patrimônio cultural devido ao seu caráter de portador de referências ao grupo que forma esta comunidade, se enquadrando na definição de patrimônio proposta no artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Além de possuir um forte diálogo com a Nova Museologia e o tripé patrimônio – comunidade – território, sendo passível de musealização.

Seus túmulos horizontais e seus artefatos funerários representam o desejo dos vivos de identificar e tornar presente a memória e identidade do ente que se foi, também são maneiras por meio das quais os mesmos fazem o uso para expressarem os seus sentimentos diante de um momento delicado e que marca o fim de uma trajetória de vida, o momento da morte. Morte, palavra que muitas vezes é evitada, vista como tabu e que possui profunda relação com o cemitério, causando um certo estranhamento quando há análises que tratam de outros olhares para além de espaço destinado ao enterramento dos mortos, percepção sentida pela pesquisadora ao conversar com outras pessoas sobre o objeto de estudo.

A pesquisadora com esta pesquisa acredita ter contribuído para a preservação do local e incentivar a realização de ações que visem a aproximação da comunidade com o cemitério, fato que na atualidade não acontece. Proporcionando que as pessoas se apropriem dele e façam o seu uso enquanto espaço de lazer, de conhecimentos, de educação, pois os elementos que o compõem além de expressarem às lembranças dos que ficaram, também são resquícios das técnicas tumulares, do saber fazer, das formas de expressão e de manifestações artístico-culturais.

A respeito da problemática proposta (como a falta de espaço físico para sepultamentos horizontais influencia as legislações vigentes e as tomadas de decisões pela SUSP) observa-se que as decisões tomadas no que diz respeito ao processo de desapropriação e exumação são com base em leis antigas, da década de 1990, que tem veem o cemitério apenas como local de sepultamentos e estabelecem que túmulos em caráter de abandono passem por este processo, independente das suas características (elementos arquitetônicos, culturais, religiosos, artísticos,

entre outros). Assim como aparenta que as medidas de ampliação do espaço seguem as tendências de sepultamentos verticais, e novas formas de lidar com a morte.

Cabe destacar que as discussões e diálogos sobre a Museologia ao longo dos anos, por meio dos encontros proporcionados pelo ICOM, ICOFOM; das Declarações de Quebec, de Oaxtepec; do MINOM, foram fundamentais para às mudanças do pensamento museológico, para às novas formas de museus (a céu aberto, de território, entre outros) e para a ampliação do olhar e atuação dos profissionais, propiciando processos cada vez mais interdisciplinares, sociais, em conjunto com a comunidade. Foram esses momentos históricos que possibilitaram levar o olhar museológico ao cemitério e nele analisar as relações que há entre o território, a comunidade e o patrimônio em diálogo com a Nova Museologia e suas percepções.

Ainda em relação a Nova Museologia, o seu tripé foi importante para analisar como ocorre a relação entre a comunidade (pessoas no entorno de cemitério), o patrimônio (os elementos do patrimônio material e imaterial que o cemitério possui) e o território (neste caso, o próprio espaço físico do cemitério). Como este tripé contribuiu para as novas formas de musealização, sendo o cemitério Nossa Senhora das Dores um potencial para a ação musealização, musealização esta que auxilia na preservação do espaço cemiterial.

O cemitério analisado neste TCC é um espaço rico em elementos culturais e importante para a comunidade, mesmo que seja visto em sua forma tradicional. Também foi notável os cuidados por parte dos funcionários na limpeza e manutenção do local, assim como, o não estranhamento deles ao conversar, solicitar informações e apresentar o cemitério como objeto de estudo desta pesquisa, fato que ocorreu contrariamente ao conversar com pessoas que fazem parte da comunidade de Serraria. Penso que a ausência do olhar deste espaço como patrimônio cultural e lugar de memória, afeta bastante a salvaguarda do mesmo, dos túmulos e dos elementos que constituem cada sepultura, situação que acontece inclusive nos processos de desapropriação.

A desapropriação para a manutenção do cemitério acaba tendo a sua importância na dinâmica e na falta de espaço, porém ao ver este cemitério para além dos sepultamentos, se vê isto como algo danoso pois resulta no apagamento de um lugar de memória (que também pode ser um lugar de esquecimento), de uma referência de arquitetura, de costume, de arte, de história. Mas ao final, a desapropriação contribuiu

para que as manifestações e tendências atuais tenham seu lugar em túmulos horizontais.

Acredito ser importante que ocorra um diálogo e maior interação da comunidade com o seu cemitério, seja por meio da educação patrimonial, da associação de amigos, de visitas guiadas, da musealização, entre outras formas. Também é interessante que aconteça conversações entre a SUSP, a comunidade e as diversas áreas de conhecimento (que podem auxiliar nas questões teóricas e práticas), como neste caso a Museologia, para a construção da sensibilidade deste espaço como patrimônio cultural da região, assim como para a realização de tomadas de decisão e iniciativas em prol da sua valorização e da sua disseminação.

Por fim e afirmando o parágrafo anterior, uma das formas de prevenção efetiva, é a proposta de trazer a comunidade para dentro do espaço cemiterial e propor a esta comunidade a visita guiada, com o intuito de dialogar sobre as histórias das pessoas que estão sepultadas neste cemitério (para além das figuras ilustres), a importância delas para a comunidade a qual fazem parte. Para isto, é importante que se faça o inventário das unidades, das sepulturas selecionadas, para posteriormente criar o roteiro a ser utilizado na visita da comunidade do entorno.

REFERÊNCIAS

- ARPIN, Roland. **Notre patrimoine, un présent du passé**. 2000. Disponível em: < <http://bel.uqtr.ca/1239/1/6-19-681-20060117-1.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2019.
- ALVES, Renata Mirian. **Cemitérios: entre tumbas e esquecimento um patrimônio à sombra da memória**. 2014. 218 p. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2014.
- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Memória e história: o cemitério como espaço para educação patrimonial. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. São Paulo: ANPUH, 2015. v.1. p. 1-12.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS. **A ABEC**. Disponível em: <<https://www.estudoscemiteriais.com.br/abec>>. Acesso em: 02 mar. 2019.
- ASSOCIAÇÃO OF SIGNIFICANT CEMETERIES OF EUROPE. **The Association**. Disponível em: <<http://www.significantcemeteries.org/p/significant-cemeteries.html>>. Acesso em 19 jul. 2019.
- BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. **A memória retina na pedra: a história de Bagé inscrita nos monumentos funerários (1858-1950)**. Bagé: Ed. do autor, 2016. 224 p.
- _____. **Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais: memória pública, étnica e artefactual (1858-1950)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural)- Universidade Federal de Pelotas: 2010. 169 p.
- BORGES, Maria Elizia. O cemitério como “museu a céu aberto”. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL IMAGENS DA MORTE: TEMPOS E ESPAÇOS DA MORTE NA SOCIEDADE, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: 2016. p. 1-16.

BRAHM, José P. S.; RIBEIRO, Diego Lemos; TAVARES, Davi Kiermes. Entre a vida e a morte: cemitério, em si próprios, são museus?. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 166-187. 2017.

_____. Museu da morte? Vozes e narrativas no Cemitério de Santo Amaro, Recife/PE. **Revista História Comparada**, Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p. 96-125. 2016.

BRAMBILLA, Raquel. Cemitério: museu a céu aberto – um novo olhar ao campo santo. Proposta de musealização do Cemitério da Igreja Luterana do Espírito Santo de Blumenau SC. In: VIII ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS – RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES: PRÁTICAS, VISÕES E CRENÇAS DIANTES DA MORTE, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: 2017. p. 207-221.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

_____. Congresso. **Decreto-lei nº 1, de 30 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro: 1937. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>.
Acesso em: 26 abr. 2019.

_____. Congresso. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. IPHAN. Brasília: 2000. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2019.

_____. Congresso. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Rio de Janeiro: 1937. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>.
Acesso em: 26 abr. 2019.

_____. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CAMPANARIO, Paulo; MAMERI, Cecilia Polidoro. **Projeção da população residente do Município de São José (SC): urbana e rural, domicílios e setores censitários**. Florianópolis: Granfpolis, 2015.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Teoria museológica: Waldisa Rússio e as Correntes Internacionais. In: BRUNO, Cristina (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. 1 ed. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional, 2010, v. 2, p. 145-154.

Carta Internacional de Morelia: relativa a cemeterios patrimoniales y arte funerario. In: VI ENCUESTRO IBEROAMERICANO Y PRIMER CONGRESO INTERNACIONAL DE VALORACIÓN Y GESTIÓN DE CEMENTERIOS PATRIMONIALES Y ARTE FUNERARIO, 2005, Morelia. **Anais eletrônicos**. Morelia: APUNTES, v. 18, n. 1-2, p. 154-157, nov. 2005. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/ApuntesBogota/2005/vol18/no1/10.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

CARVALHO, Luciana Menezes de. Waldisa Rússio e Tereza Scheiner - dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. **Revista eletrônica do programa de pós-graduação em museologia e patrimônio - PPG-PMUS Unirio**, Rio de Janeiro: MAST, v. 4, n. 2, 2011.

CASTRO, Elisiana Trilha. Cemitérios teutos em terras catarinas: o inventário de cemitérios de imigrantes alemães da Grande Florianópolis. In: III SIMPÓSIO SOBRE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NA GRANDE FLORIANÓPOLIS: HISTÓRIA, LÍNGUA E CULTURA, 2009 Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: Nova Letra, 2009. v. 1. p. 207-217.

_____. Marcas da vida na hora da morte: identidade e memória por meio dos cemitérios e seus acervos. **Revista Blumenau em Cadernos**, Florianópolis, v. 4, p. 26-42, 2010.

_____. O patrimônio cultural funerário catarinense. **Revista horizontes do patrimônio cultural**, Florianópolis, FCC, v. 1, 54 p., 2017.

CASTRO, Elisiana Trilha; HERBERTS, Ana Lúcia. **Cemitérios no caminho: o patrimônio funerário ao longo do caminho das tropas nos campos de Lages**. 1 ed. Blumenau: Nova Letra, 2011. v. 1. 363 p.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. In: CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). **Museu e Políticas de Memória**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002. v. 19. p. 43-80.

Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução CONAMA nº 335, de 03 de abril de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_federal/leg_fed_resolucoes/leg_fed_res_conama/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CONAMA-335-03-cemit%C3%A9rios.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. **Resolução CONAMA nº 368, de 28 de março de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em:

<<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=488>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. **Resolução CONAMA nº 402, de 17 de novembro de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_federal/leg_fed_resolucoes/leg_fed_res_conama/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Conama-402-08-cemit%C3%A9rios.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

CURY, Marília Xavier. Museologia – marcos referenciais. In: **Cadernos do CEOM**. v. 18, n. 21. Chapecó: Uchoapecó, 2005. p. 45-74.

_____. Museologia, novas tendências. In: GRANATO, Marcus; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M.; SANTOS, Claudia Penha (org.). **Museu e Museologia: interfaces e perspectivas**. 1 ed. Rio de Janeiro: MAST, 2009. v. 11. p. 25-41.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução de: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. Florianópolis: FCC, 2014. 98 p.

DUARTE, Larissa Bitar. **Entre a memória e o lugar dos mortos no cemitério das irmandades: o turismo de necrópole em Jaguarão (RS) como alternativa para o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Faculdades Integradas de Taquara: 2016.

DUARTE, Larissa Bitar; GEVEHR, Daniel Luciano. Cemitério das Irmandades: uma visita à memória e ao patrimônio cultural Jaguareense (RS). In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: SUSTENTABILIDADE SOCIOECÔMICA E AMBIENTAL NO CONTEXTO REGIONAL, 2016, Taquara. **Anais eletrônicos**. Taquara: FACCAT, 2016. v. 1. p. 01-15.

_____. A memória e o lugar dos mortos: turismo de necrópole no extremo sul do Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, v. 10, n. 29, p. 139-163. Set/dez. 2017.

EUROPEAN CEMETERIES ROUTE. **About European Cemeteries Route**. Disponível em: <<https://cemeteriesroute.eu/european-cemeteries-route.aspx>>. Acesso em 19 jul. 2019.

FAGUNDES, Rodrigo de Souza. **Um museu em um centro histórico - correlações do Museu Histórico Municipal de São José, com o centro histórico de São José/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)- Faculdade de Museologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2013.

FARIAS, Vilson Francisco de. **São José 256 anos: em busca das raízes**. 2 ed. São José: Ed. do autor, 2006. 480 p.

_____. **São José: 250 anos: natureza, história e cultura: para o ensino fundamental**. 3 ed. São José: Ed. do Autor, 2001. 312 p.

GERLACH, Gilberto; MACHADO, Osni. **São Jose: breve história da cidade e seu teatro**. São José: Canarinho, 1982. 88 p.

GERLACH, Gilberto; MACHADO, Osni (pesquisa e org.). **São José da terra firme**. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora, 2007. 332 p.

GT-CADASTRO. **Leitura da cidade de São José, SC (tendências e potenciais)**. Projeto de revisão do Plano Diretor de São José - SC. Florianópolis: FEESC/UFSC, 2004. 337 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GRASSI, Clarissa. Tipologias tumulares como sistemas sociais. In: VII SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 2016, Curitiba. **Anais eletrônicos**. Curitiba: 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Paris: PUF, 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000 – características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro, IBGE, 2000. 352 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=785>>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. Estimativas de população publicadas no DOU. In: IBGE. **Estimativas de população: Tabelas - 2018**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. Tabela 4.22.1.1. In: _____. **Censo demográfico: tabelas – características da população e dos domicílios: Municípios – Santa Catarina**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=resultados>>. Acesso em: 17 out. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Articulação e Fomento. Coordenação de Educação Patrimonial. **Educação patrimonial – histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

_____. **IPHAN 80 anos: linha do tempo.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

ISOPPO, Keity Kristiny Vieira et al. Urbanização e modernização do território em São José, Santa Catarina, Brasil. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos.** São Paulo: USP, 2005. p. 7044-7062.

JORGE, Camila; PÉREZ, Mercedes Solá; SPRINGER, Karina Salaib. **Cemitérios: desvendando os espaços da morte e seus signos.** Paraná: 2005.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. **História e memória.** São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. p. 535-548.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico?..** São Paulo: Brasiliense, 2010. 115 p. (Coleção Primeiros Passos).

MENSCH, Peter Van. **O objeto de estudo da museologia.** Rio de Janeiro: UNIRIO, 1994. 22 p.

MICHELOTTI, Denise. **Arte em vitrais: a salvaguarda, a extroversão e a sociomuseologia.** Dissertação (Mestrado em Museologia)-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa: 2011. 118 p.

MORERAS, Jordi; TARRÉS, Sol. Patrimonio cultural funerario. Los cementerios de las minorias religiosas en España. In: CAMPOS, Beatriz Santamarina (coord.) **Geopolíticas patrimoniales: de culturas, naturalezas e inmaterialidades, una mirada etnográfica.** España: Neopàtria, 2012. p. 267-283.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História,** São Paulo, v. 10, p. 07-28. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

OLIVEIRA, Carlos Augusto de. **A musealização do território: uma aproximação entre Geografia, Educação e Museologia na Cohab Raposo Tavares**. Dissertação (Mestrado em Interunidades em Museologia) Universidade de São Paulo: 2016. 228 p.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ. **Cemitérios de São José são preparados para receber a população no dia de finados**. Prefeitura Municipal de São José, 2015. Disponível em: <<https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/cemiterios-de-sao-jose-sao-preparados-para-receber-a-populacao-no-dia-de>>. Acesso em: 17 out. 2018.

a. PRIMO, Judite Santos. Museologia e patrimônio: documentos fundamentais. **Cadernos de Sociomuseologia**. v. 15, n. 15. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999. p. 5-14. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/329>>. Acesso em: 16 out. 2018.

b. _____. Pensar contemporaneamente a museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**. v. 16, n. 16. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999. p. 5-38. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/350>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. (org.). Estatutos do ICOM, ICOM 1995. Tradução de: Ana Tavares. **Cadernos de Sociomuseologia**. v. 15, nº 15, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999. p. 15-29. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/330>>. Acesso em: 16 out. 2018.

SANTA CATARINA (Estado). **Resolução Consema nº 119, de 01 de dezembro de 2017**. Florianópolis: 2017. Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/RESOLU%C3%87%C3%83O_CONSEMA_N%C2%BA_119_-_2018.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. **Decreto nº 30.570, de 14 de outubro de 1986**. Florianópolis: 1986. Disponível em: <<http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php/joomlaorg/2013->

08-13-20-53-09/category/119-saude-ambiental?download=759:decreto-estadual-n-30570-1986-dispoe-sobre-cemiterios-e-afins>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 639, de 19 de agosto de 2016**. Florianópolis: 2016. Disponível em: <http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/phocadownload/Noticias/2016/PORTARIA_N%C2%BA_639_SES_de_19_08_16_CEMIT%C3%89RIOS_E_AFINS.publicada.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SÃO JOSÉ (Município). **Decretos de tombamento dos bens históricos do município**. Disponível em:

<https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Decretos_de_tombamento_dos_bens_hist%C3%B3ricos_do_munic%C3%ADpio.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Lei Orgânica nº 1, de 04 de abril de 1990**. São José: 1990. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-sao-jose-sc>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. **Lei Ordinária nº 2378, de 20 de abril de 1992**. São José: 1992. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-jose/lei-ordinaria/1992/238/2378/lei-organica-sao-jose-sc>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museologia ou Patrimoniologia: reflexões. IN: GRANATO, Marcus; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M.; SANTOS, Claudia Penha (org.). **Museu e Museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 43-59.

ROSSI, Elisa Martinelli; SANTOS, Adão dos (Coord.). **Plano municipal de habitação de interesse social do município de São José: contrato nº 700/2011**. Florianópolis: Iguatemi, 2012. 1036 p.

SANTANA, Fabíola de Jesus Soares. **A tradição discursiva epitáfio em lápides tumulares do século XIX**. Rio de Janeiro: Solettras, 2008. n. 15. p. 90-100.

SANTOS, Gilson Magno. Cemitério do campo santo: memória, história e museu a céu aberto. **Revista FSA**, v. 12, n. 6, p. 27-40, dez. 2015.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.** Paris: 1972. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Conferência para salvaguarda do patrimônio imaterial.** Paris: 2003. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

APÊNDICE A – Entrevista

1) Primeiramente gostaria que se apresentasse.

Me chamo Leonides Fernando de Melo, trabalho na SUSP na função de supervisor dos cemitérios públicos da cidade de São José.

2) Existe algum registro sobre a história do cemitério Nossa Senhora das Dores?

Não há muitas informações a respeito da história do cemitério, o que se sabe é que ele provavelmente foi criado por volta de 1900, de 1938. Chegamos a esta data através de fotos áreas da região na época, acreditamos que o cemitério existe antes deste período, mas não temos como comprovar, se não estou enganado tem uma Igreja próxima, na rua de trás dele, de repente tem até algo haver por causa da Igreja. Talvez tivesse a Igreja ali e um morro do lado e eles começaram a sepultar ao lado dela, até antes de 1938, com certeza deve ter acontecido isto, provavelmente eles começaram a utilizar primeiro o cemitério que ficava ali na praça do Centro Histórico.

3) Atualmente o cemitério possui espaço para sepultamentos horizontais e verticais?

O cemitério não possui mais espaço para sepultamentos horizontais, está superlotado, somente para verticalização.

4) Há algum plano para a ampliação do local?

Sim, estamos com um processo para a aquisição do terreno do lado, uma parte dele, aquela área vazia que pertence a Reunidas. Depois que conseguimos a aquisição de parte do terreno, pensaremos sobre os tipos de sepultamentos que serão realizados, se serão feitos tanto os horizontais como os verticais, mas acredito que provavelmente se optará pelos verticais, de gaveta.

5) A respeito dos túmulos verticais, o que eles podem conter? Há alguma legislação que define isto?

O que nós pedimos é o piso, o mármore, uma identificação da pessoa, tem pessoas que colocam uma soleira, é o básico.

6) Que tipos de ações de desapropriação são tomadas nos túmulos horizontais? Como ocorrem?

É utilizada a lei ordinária nº 2.378 de 1992 que estabelece o prazo de cinco anos. Mesmo fazendo todos o caminhos estabelecidos na lei, informando no diário oficial, dá muito incomodo, pois o familiar procura a SUSP para reivindicar o túmulo que foi desapropriado, mesmo estando em estado de abandono, em estado deplorável, mesmo alguns não sabendo onde fica, alguns reclamam que deveria haver um sistema de registro público, se você analisar os livros que temos aqui, vais ver como eles estão registrados, não colocavam número de quadra, de lote. Só no olhar você já vê quando um túmulo está abandonado, sem manutenção, fazemos um levantamento, pegamos os números das quadras e depois confere, mas no olhar já dá de ver.

7) O cemitério realiza alguma ação cultural e/ou educativa com a comunidade?

Não. O que é feito são as atividades relativas aos sepultamentos mesmo, como velórios, enterramentos, preparação do corpo por parte das funerárias.

8) O espaço sofre com especulações imobiliárias?

Não. Apesar da sua localização não corre o risco de ser desativado.